



- RELATÓRIO -
18ª Semana da Justiça pela Paz em Casa
Nossa Justa Causa



**VI ENCONTRO DO
FÓRUM ESTADUAL DA
REDE DE PREVENÇÃO,
ENFRENTAMENTO E
COMBATE À VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER
DE SERGIPE**

TEMA

15 anos da Lei Maria da Penha:
Avanços, Desafios e Fazeres

**16 a 20
agosto**

09h às 11h

Transmissão
Youtube
TJSE EVENTOS



Aracaju-Se
Agosto/2021

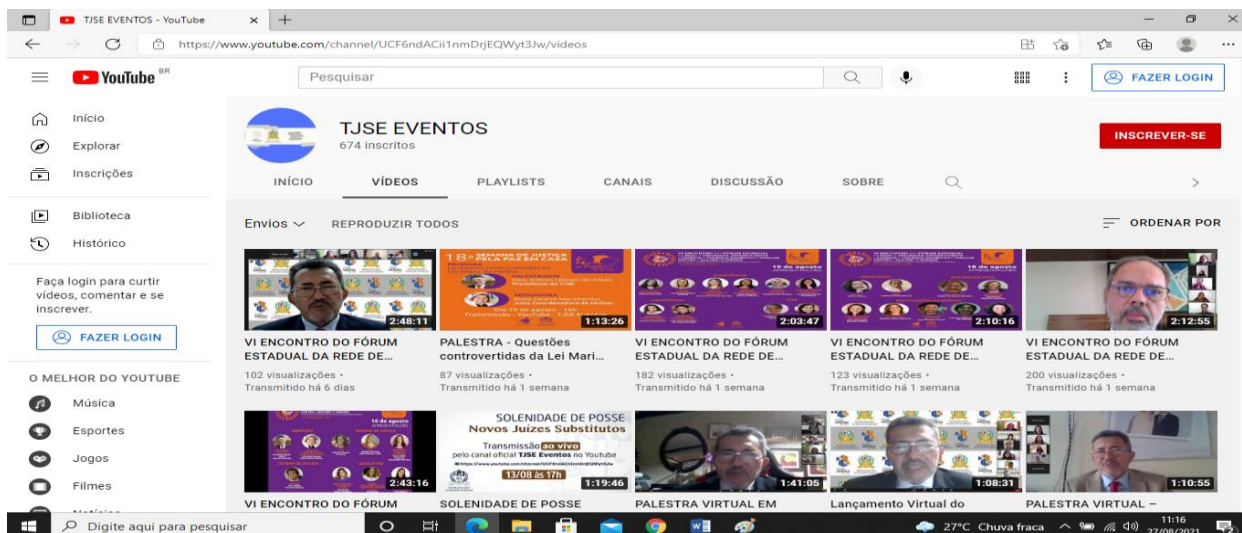
1. PLANEJAMENTO

Atendendo ao Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa, institucionalizado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ por meio da Portaria nº 15/2017 e da Resolução nº 254/2018, a Coordenadoria da Mulher do TJSE desenvolveu programação específica para a 18ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA, designada do dia 16 a 20 de agosto de 2021.

O objetivo do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa é otimizar a prestação jurisdicional das demandas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - VDFCM com a concentração de julgamento de processos e com o fomento de ações preventivas e de combate a esse delito.

Em preparação para a 18ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA e as demais edições que serão realizadas no exercício de 2021, a Coordenadoria da Mulher do TJSE, por meio do Processo SEI nº 0002715-19.2021.8.25.8825, divulgou aos magistrados deste Tribunal o calendário anual das Campanhas, solicitando planejamento antecipado na designação de pautas de audiências específicas nesses períodos.

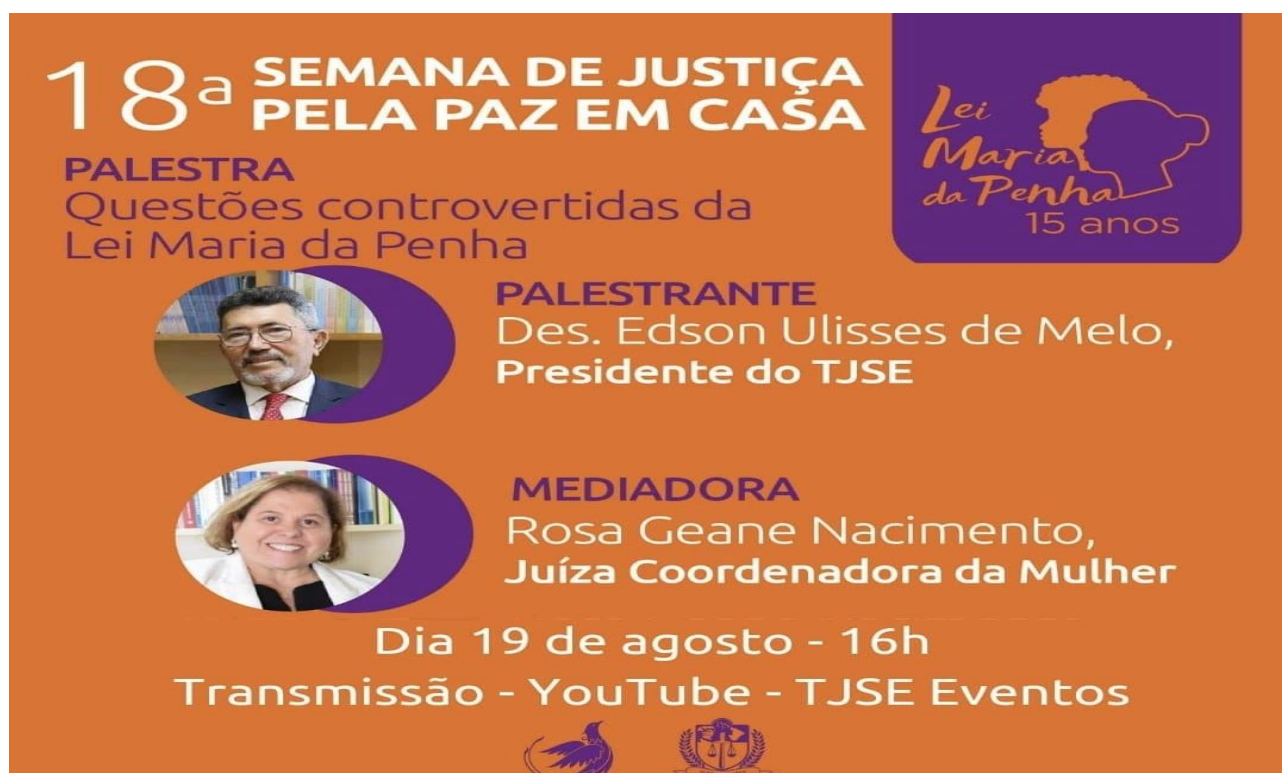
Servidores, Magistrados e usuários do Portal do TJSE também foram informados sobre a Campanha, fomentada pela Coordenadoria da Mulher com **VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe**, designado para ocorrer do dia 16 ao dia 20 de agosto de 2021, que tem como tema os *'15 anos da Lei Maria da Penha: Avanços, Desafios e Fazeres'*, mediante ampla divulgação [com transmissão pelo canal TJSE Eventos, no YouTube.](https://www.tjse.jus.br/agencia/noticias/item/12844-forum-estadual-da-rede-de-combate-a-violencia-domestica-acontecera-de-16-a-20-de-agosto), como também pelo link: <https://www.tjse.jus.br/agencia/noticias/item/12844-forum-estadual-da-rede-de-combate-a-violencia-domestica-acontecera-de-16-a-20-de-agosto>



O VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe, teve como tema os *'15 anos da Lei Maria da Penha: Avanços, Desafios e Fazeres'*, sendo desenvolvido por meio da apresentação das boas práticas existentes no Estado pelo Sistema de Justiça, Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, Conselhos de Direito, Sistema de Saúde, de Educação, de Segurança Pública, de Assistência, pelas Instituições de Ensino, pela Sociedade Civil.

Quanto às atividades de cunho preventivo e de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, a Coordenadoria da Mulher fomentou ações voltadas ao empoderamento feminino, à intersectorialidade da rede de enfrentamento à VDFM, à implementação de políticas públicas e equipamentos correlatos e à conscientização sobre o ciclo dessa violência.

Para tanto, desenvolveu cronograma específico nesta Campanha com a realização de Palestra do Presidente do Poder Judiciário de Sergipe, Desembargador Edson Ulisses de Melo, ministrará a palestra 'Questões controvertidas da Lei Maria da Penha', abaixo destacada:



18ª SEMANA DE JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

PALESTRA
Questões controvertidas da Lei Maria da Penha

PALESTRANTE
Des. Edson Ulisses de Melo,
Presidente do TJSE

MEDIADORA
Rosa Geane Nascimento,
Juíza Coordenadora da Mulher

Dia 19 de agosto - 16h
Transmissão - YouTube - TJSE Eventos

Lei Maria da Penha 15 anos

Também foi destinado como ação para a 18ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA o VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe com apresentações do dia 16 ao dia 20 de agosto de 2021, conforme abaixo:



**VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL
DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO
E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER DE SERGIPE**
15 anos da Lei Maria da Penha: Avanços, Desafios e Fazeres

16 a 20 de agosto - 2021

**PROGRAMAÇÃO
APRESENTAÇÕES**



DIA 16

ABERTURA

PRESIDENTE DO TJSE
Desembargador Edson Ulisses de Melo

JUIZA DA COORDENADORIA
DA MULHER DO TJSE
Dra Rosa Geane Nascimento Santos

SISTEMA DE JUSTIÇA

TJSE
Sabrina Duarte Cardoso

TJSE
Shirley Amanda Maria Santos Leite

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
Dra Cecília Nogueira Guimarães Barreto

OAB/SE
Dra. Adélia Moreira Pessoa

LEGISLATIVO

PROCURADORIA DA MULHER - ALESE
Deputada Maisa Mitidieri

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA
DA MULHER - ALESE
Deputada Goretti Reis

PROCURADORIA DA MULHER
CÂMARA MUN. DE ARACAJU
Vereadora Emília Correia

DIA 17

ESTATÍSTICAS

OBSERVATÓRIO MUNICIPAL
Walter Andrade junior

CONSELHOS DE DIREITO

ESTADUAL
Erica Leite

MUNICIPAL DE ARACAJU
Joelma Dias Silva

SAÚDE

NUPEVA MUNICÍPIO
Lidiane Oliveira

NUPEVA ESTADO
Karla Danielly Anacleto

SEGURANÇA PÚBLICA

RONDA MARIA DA PENHA - ESTÂNCIA
Fabiola Góis

PATRULHA MARIA DA PENHA - ARACAJU
Sabrina Dias

PATRULHA MARIA DA PENHA
N. S. DO SOCORRO
Alyne Barboza

DAGV'S
Delegada Mariana Diniz

DIA 18

EDUCAÇÃO

SEMED
Maira Elena

SEED
Adriane Damascena

INSTITUIÇÕES DE ENSINO

FACULDADE ESTÁCIO
Igor Soares Vieira

UFS
Catarina Nascimento de Oliveira

UFS
Claudlene Santos

UNIVERSIDADE TIRADENTES
Dra. Grasielle Borges Vieira

PIO DÉCIMO
Letícia Tunala Mendonça

SOCIEDADE CIVIL

ONG AGATHA
Talita Verônica da Silva

INSTITUTO RESSURGIR
Valdiléne
Oliveira Martins

DIA 19

ASSISTÊNCIA

CRM BARRA DOS COQUEIRO
Edenia Gouveia

CREAM ESTÂNCIA
Maria Guadalupe Batista

ABRIGO MUNICIPAL NÚBIA MARQUES
ARACAJU

Fernanda França Barreto

ABRIGO ESTADUAL NEUZICE BARRETO
Marli Silveira Ferreira Ribeiro

CASA DA MULHER BRASILEIRA
SEIAS/SE
Lucivanda Nunes Rodrigues

GRUPOS REFLEXIVOS
DA CIAPE
Valdemir dos Santos

GRUPOS REFLEXIVOS DE MOITA BONITA
E MALHADOR
Viviane Mota Goes

GRUPOS REFLEXIVOS DE MOITA BONITA
E MALHADOR
Marcely Francielle de Jesus França

TJSE

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO JUIZADO
DE VDFCM/ARACAJU
Ana Lúcia de Jesus Vieira

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR
DO JUIZADO DE VDFCM/ARACAJU
Taylanne Alves Araújo

PERÍCIA JUDICIAIS
Tiago Avelino Santana dos Santos

DIA 20

**CASA DA MULHER
BRASILEIRA - SE**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Conselheira Flávia
Moreira Guimarães Pessoa

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES

Secretária Cristiane Rodrigues Britto

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
Vice-Governadora
Eliane Aquino Custódio

**CAMPANHA SINAL
VERMELHO**

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS
BRASILEIROS - AMB
Presidente Dra. Renata
Gil de Alcântara Videira

ASS. DOS MAGISTRADOS DE SERGIPE
Alberto Alcântara de Oliveira Araújo

ASS. SERGIPIANA DO MP
Dr. João Rodrigues Neto

GÊNERO E RAÇA - COMITÊ DA
EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA
COMEGER - TJSE
Presidente Des. Ana Lúcia
Freire dos Anjos

ASS. DOS DEFENSORES PÚBLICOS
DE SERGIPE
Dr. Herick Victor de Argôlo

OAB/SE - Presidente Dr. Inácio
José Krauss de Menezes

JUIZADO DE VIOL. DOM. E FAMIL.
CONTRA A MULHER - ARACAJU
Dra. Eliane Cardoso Costa Magalhães

COMISSÃO DE IMPL. DE DIF. E EXEC. DA
JUST. RESTAU. - CIDEJURE - TJSE
Dr. Haroldo Luiz Rigo da Silva

ENCERRAMENTO

Presid. TJSE - Des. Edson Ulisses de Melo



2. EXECUÇÃO DA “SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”

2.1-Dia 16/08/2021

- Abertura virtual da 18ª Semana da Justiça pela Paz em Casa com o início do *VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe*, designado para ocorrer do dia 16 ao dia 20 de agosto de 2021

VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL
DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO
E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER DE SERGIPE
15 anos da Lei Maria da Penha: Avanços, Desafios e Fazeres
16 a 20 de agosto - 2021

Lei Maria da Penha 15 anos

16 de agosto
APRESENTAÇÕES

ABERTURA

- PRESIDENTE DO TJSE**
Desembargador Edson Ulisses de Melo
- JUÍZA DA COORDENADORIA DA MULHER DO TJSE**
Dra Rosa Geane Nascimento Santos
- TJSE**
Sabrina Duarte Cardoso
- TJSE**
Shirley Amanda Maria Santos Leite
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**
Dra Cecília Nogueira Guimarães Barreto

SISTEMA DE JUSTIÇA

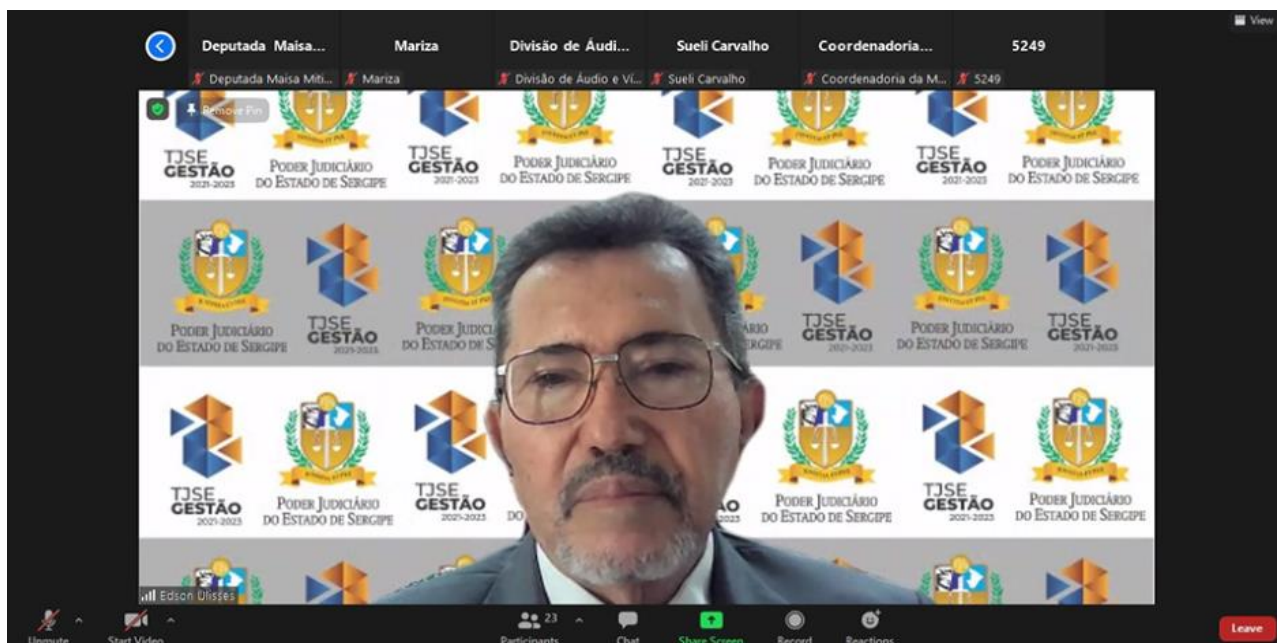
- OAB/SE**
Dra. Adélia Moreira Pessoa

LEGISLATIVO

- PROCURADORIA DA MULHER ALESE**
Deputada Maisa Mitidieri
- FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA MULHER ALESE**
Deputada Goretti Reis
- PROCURADORIA DA MULHER CÂMARA MUN. DE ARACAJU**
Vereadora Emília Correia

COORDENADORIA DA MULHER
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE

No primeiro dia da 18ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA a Coordenadoria da Mulher realizou o lançamento do *VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe* com a apresentação das boas práticas do Estado existentes no Sistema de Justiça e no Poder Legislativo.



O Presidente do Poder Judiciário de Sergipe, Desembargador Edson Ulisses de Melo, abriu o evento. “A Lei Maria da Penha completa 15 anos, estabelecendo processos de transformação e reconstrução, na quebra da corrente de violência contra a mulher”, salientou. Já a Vice-Governadora de Sergipe, Eliane Aquino, lembrou que ainda há desafios a serem superados. “Precisamos mudar a nossa forma de pensar e de construir a política pública porque precisamos, cada vez mais, atuar na prevenção”, considerou a Vice-Governadora.



Na mesa de Abertura do Evento também estiveram presentes o Presidente da Ordem dos Advogado de Sergipe, Dr. Inácio José Krauss de Menezes e o Presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe, juiz Roberto Alcântara de Oliveira Araújo.

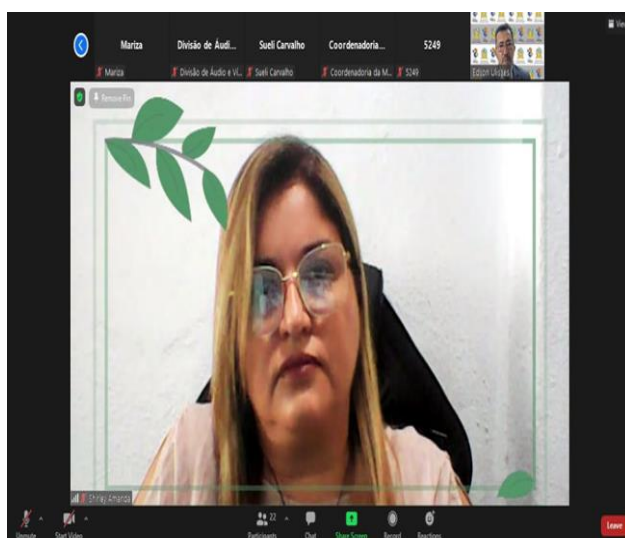
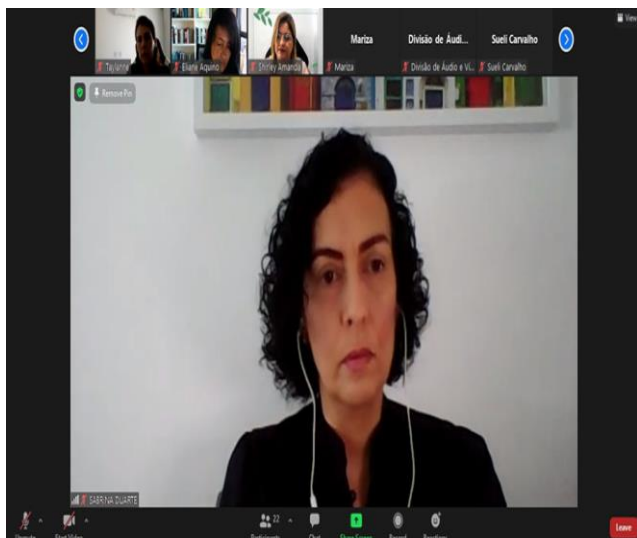


A Juíza Coordenadora da Mulher, Rosa Geane Nascimento Santos, saudou os integrantes da rede de proteção e falou sobre a situação atual da violência contra a mulher no Brasil. “Estamos aqui, entre outros motivos, porque as mulheres estão morrendo dentro de casa. No Brasil, as mulheres morrem 39,9% dentro de casa. Já os homens, 14,4%. Ou seja, a casa não é um lugar seguro para a mulher”, destacou a magistrada, lembrando que o maior desafio, atualmente, é a ausência dos equipamentos de atendimento à mulher vítima determinados pela Lei Maria da Penha.



"Temos a inexistência de equipamentos e a falta de serviços especializados, como CREAMs, Casas da Mulher, DEAMs e Núcleos. Há também poucos programas,

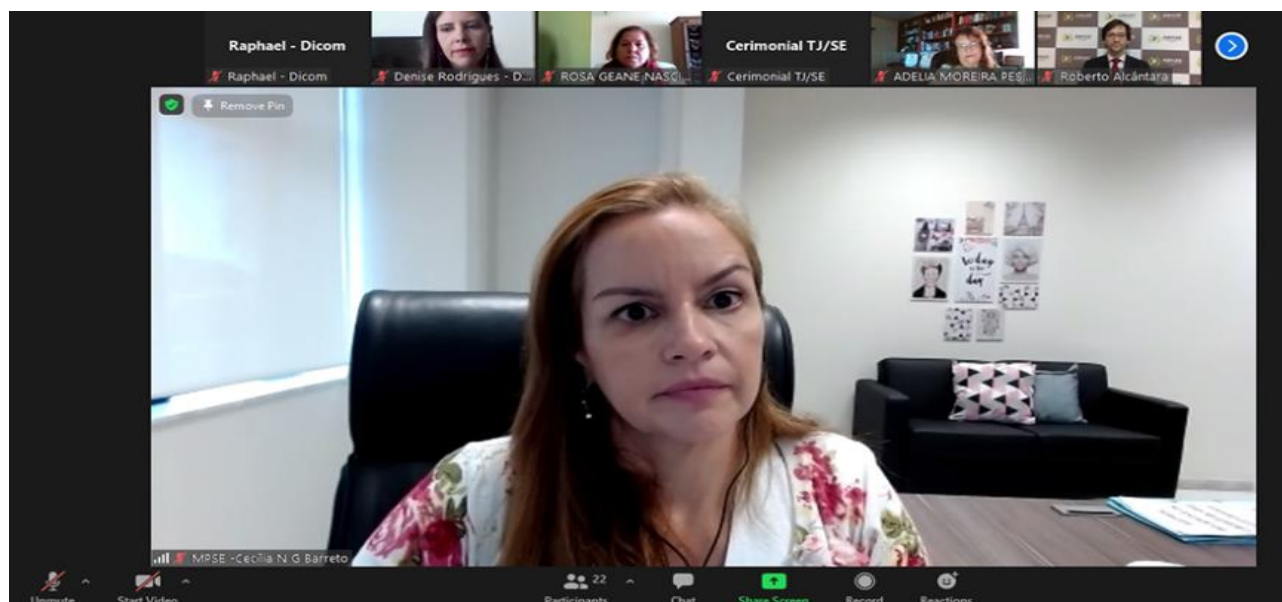
campanhas e leis relacionadas à matéria. Precisamos avançar mais na efetivação das políticas públicas, especialmente dos equipamentos e serviços previstos no artigo 35 da Lei Maria da Penha. Será que a quantidade de Delegacias da Mulher existente no país é suficiente?”, questionou Rosa Geane.



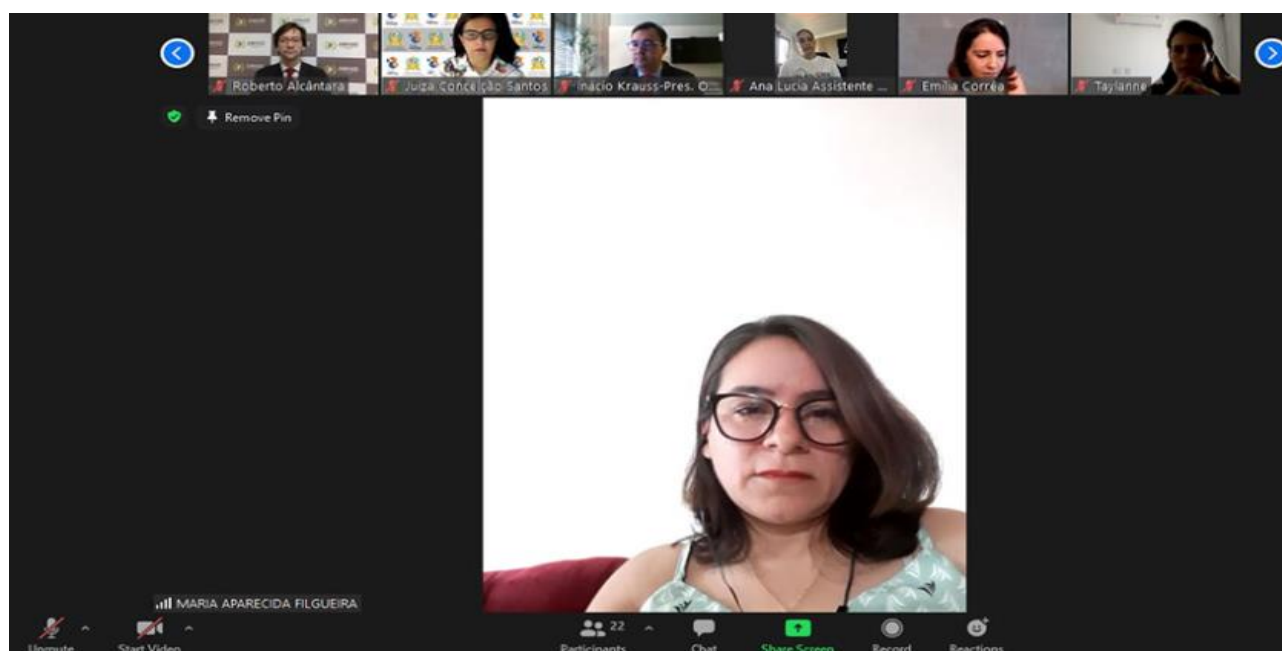
PROGRAMAS E PROJETOS DA COORDENADORIA DA MULHER				
PROGRAMA EDUCAÇÃO Realizar capacitações e sensibilizações para sociedade civil e profissionais da rede de proteção à mulher vítima de VDFCM. Início: 2013 (Dra. Adelaide Moura)	PROGRAMA INTERIOR EM REDE Diagnosticar a realidade da rede de atendimento e enfrentamento à violência doméstica local (município) e propor/articular ações pertinentes ao tema da VDFCM. Início: 2016 (Dra. Isabela Sampaio)	PROJETO "MEU ALVO É A PAZ" Implantação do Fórum de Rede e de Juizes. Confecção e consolidação do Pacto pelo combate à violência doméstica contra a mulher. Articulações para a Casa da Mulher Brasileira e Centro de Reeducação para o autor de VDFCM. Início: 2019 (Dra. Rosa Geane)	PROJETO CONECTANDO COM O SOCIAL Capacitação e inserção da mulher vítima de violência doméstica no mercado de trabalho através de capacitações e encaminhamentos a empresa. Início: 2014 (Dra. Adelaide Moura)	PROJETO SALA DE ESPERA Conscientizar a população em geral através de recursos audiovisuais presente em salas de espera diversas (Ex: Fóruns, Delegacias, empresas), informando sobre o tema violência doméstica, de forma preventiva. Início: 2014 (Dra. Adelaide Moura)

A psicóloga da Coordenadoria da Mulher, Sabrina Duarte, e a assistente social, Shirley Leite, fizeram um retrospecto dos programas e projetos desenvolvidos. O *Programa Educação* realiza capacitações para sociedade civil e profissionais da rede de proteção; e o *Interior em Rede* é responsável pelo diagnóstico da realidade e articulação da rede de atendimento à vítima de violência. Entre os 17 projetos, elas citaram o *Conectando com o Social*, para capacitação e inserção da mulher vítima no mercado de trabalho; e o *Sala de*

Espera, de exibição de vídeos preventivos sobre violência doméstica nas recepções de delegacias e fóruns.



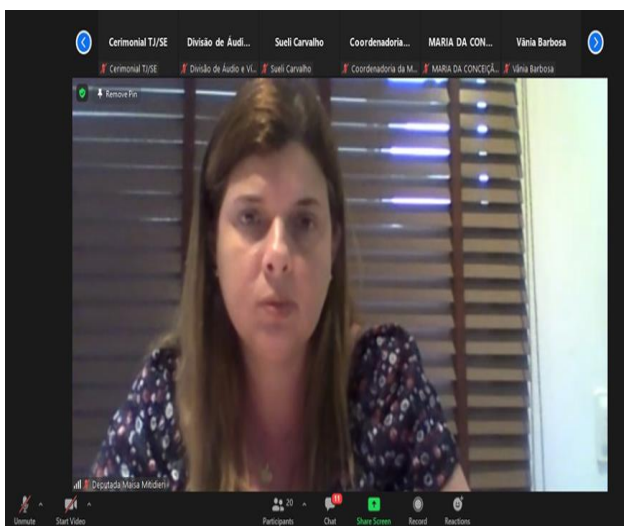
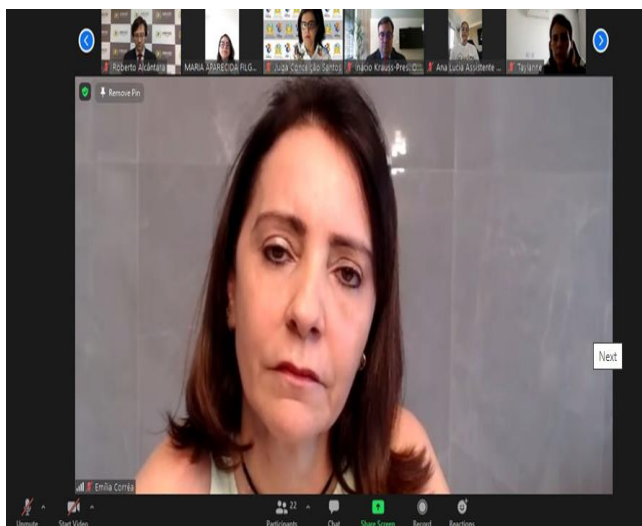
Em seguida, a Promotora de Justiça Cecília Nogueira falou sobre o papel do Ministério Público em relação à Lei Maria da Penha e como funciona o Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher (CAOp) do MP de Sergipe, o qual ela é a Diretora. “O CAOp é um órgão de assessoramento aos Promotores de Justiça. Por outro lado, a própria Lei Maria da Penha, no seu artigo 26, determina que o Ministério Público, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, requisiute força policial, serviços públicos de saúde, educação, assistência social e segurança; fiscalize os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência e cadastre os casos”, informou a Promotora.



“A medida protetiva foi um instrumento da Lei Maria da Penha muito difundido e isso é fruto da soma de todas instituições. Está no texto da lei, quando fala que é necessária uma integração de todas as instituições jurídicas, no caminhar e no acolher dessa mulher vítima de violência doméstica”, discorreu Maria Aparecida Sá, Defensora Pública. A última do Sistema da Justiça a falar foi a advogada Adélia Pessoa, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB/SE. “Fico feliz em ver que, nos últimos anos, as ações se multiplicaram em Sergipe, com inúmeros órgãos e instituições, comprovando que a violência doméstica é um problema de todos”, analisou Adélia.



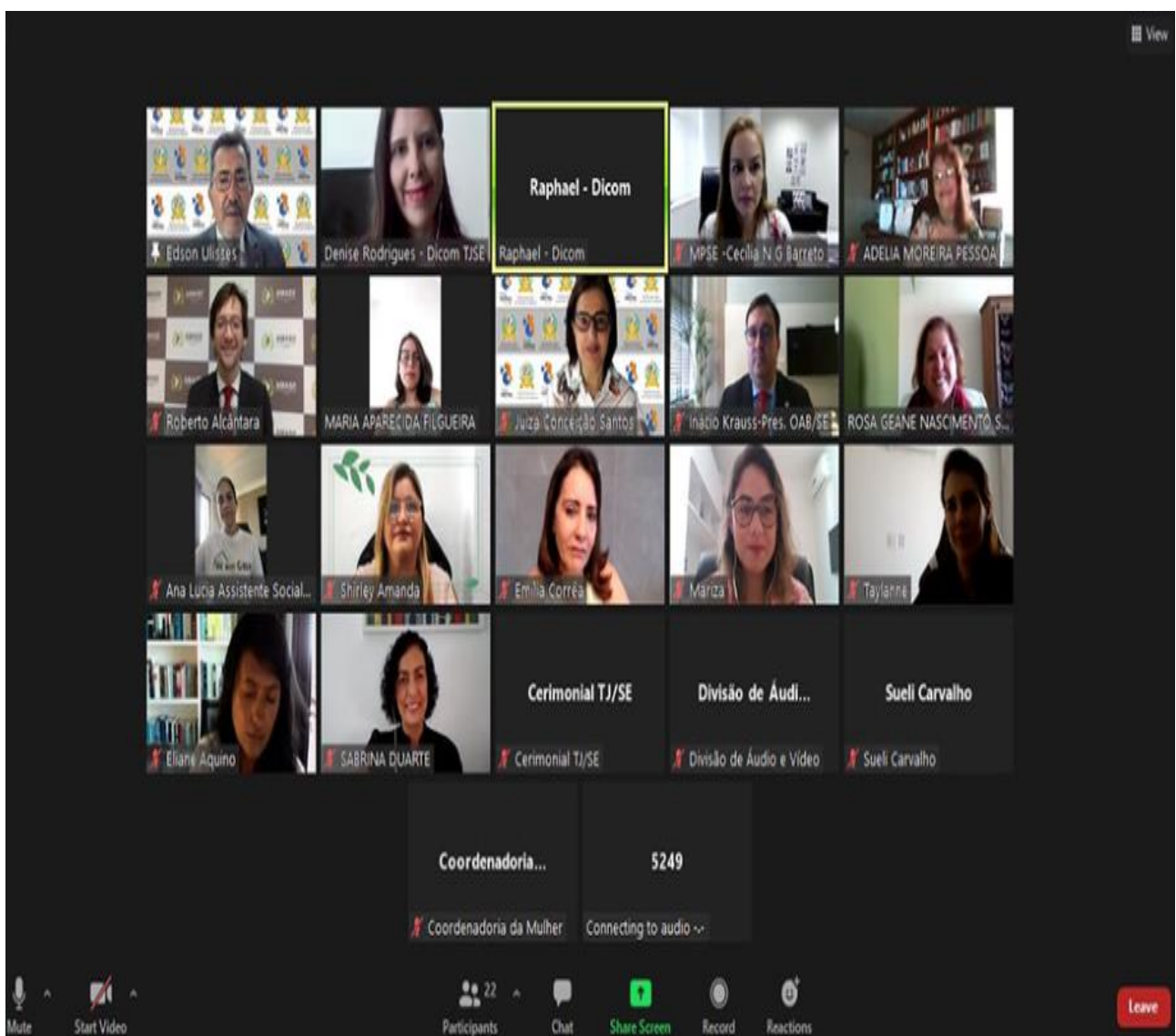
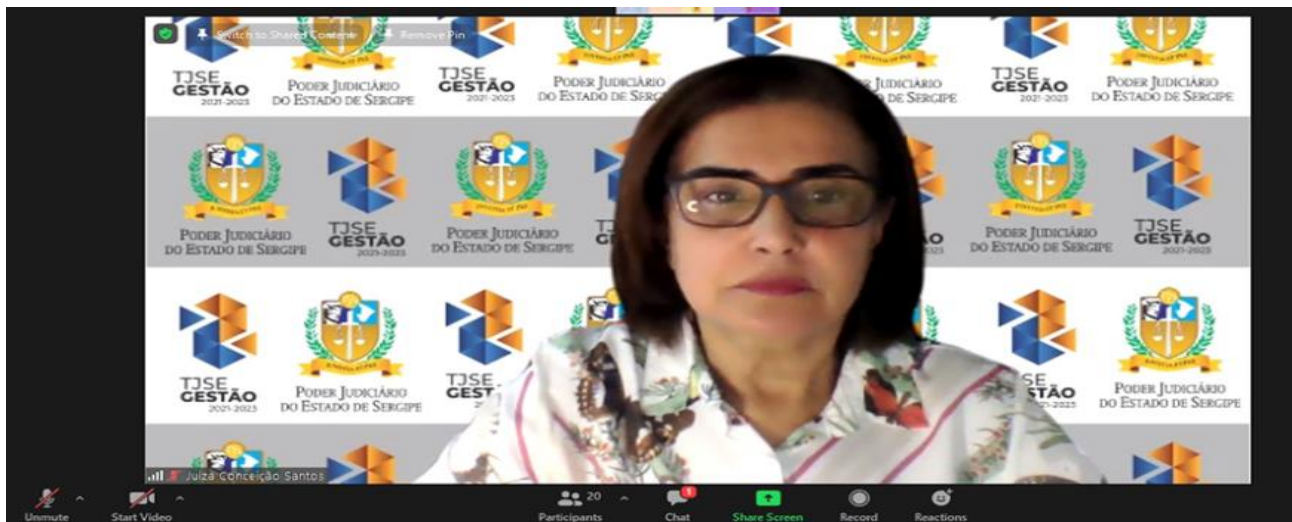
Ainda na programação, representantes do Poder Legislativo estadual e municipal falaram sobre suas respectivas ações de combate à violência contra a mulher. “Como parlamentar, pude apresentar alguns projetos que hoje são leis e isso me deixa muito feliz. Já é lei, porque já teve a sanção do prefeito, a instituição de procedimento de notificação compulsória da violência contra a mulher nos serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do município de Aracaju”, informou a vereadora Emília Correia, da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Aracaju.



Quem também falou sobre o trabalho legislativo em prol da mulher foi a deputada estadual Maísa Mitidieri, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher da Assembleia Legislativa de Sergipe; que, durante o evento, ainda representou a deputada Goretti Reis, da Procuradoria Especial da Mulher da Alese. “Com essa pandemia, a gente tentou buscar soluções para que as mulheres não fossem tão prejudicadas. Uma delas, foi a Lei do Sinal Vermelho”, informou a deputada Maísa, autora do projeto que criou a Lei Estadual 8.846, de 27/05/2021.

A referida lei, inspirada na *Campanha Sinal Vermelho*, da AMB e CNJ, instituiu em Sergipe o Programa de Proteção às Mulheres ‘Sinal Vermelho’, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar. O artigo 2º estabelece o protocolo básico do programa: ao identificar o pedido de socorro da vítima, ao ouvir da mulher “sinal vermelho” ou observar na palma da mão dela um “X” desenhado, os atendentes de farmácias e os servidores de repartição pública, entre outros estabelecimentos, deverão ligar para os números 190 (Emergência – Polícia Militar), 197 (Denúncia – Polícia Civil) ou 180 (Central de Atendimento à Mulher) e reportar a situação.

O evento foi finalizado com a participação da Juíza Auxiliar da Presidência do TJSE, Maria da Conceição da Silva Santos: “Essa reunião é muito importante na medida em que divulga as políticas públicas de incentivo à redução da violência doméstica, que divulga os canais fáceis e rápidos para as denúncias, que fala sobre educação nas escolas como meio de prevenção, sobre a criação de casas-abrigo e sobre treinamento para servidores envolvidos no atendimento à mulher”, enumerou a magistrada.



2.2- Dia 17/08/2021

- Segundo dia do **VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe**, designado para ocorrer do dia 16 ao dia 20 de agosto de 2021

Na manhã do segundo dia do **VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe** representantes das áreas de Segurança Pública, Saúde, Conselhos de Direitos e do Observatório de Aracaju participaram do evento apresentando suas boas práticas na seara da violência doméstica e familiar contra a mulher.

VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL
DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO
E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER DE SERGIPE
15 anos da Lei Maria da Penha: Avanços, Desafios e Fazeres
16 a 20 de agosto - 2021

17 de agosto
APRESENTAÇÕES

ESTATÍSTICAS

OBSERVATÓRIO MUNICIPAL
Walter Andrade Junior

CONSELHOS DE DIREITO

ESTADUAL
Erica Leite

MUNICIPAL DE ARACAJU
Joelma Dias Silva

NUPEVA MUNICÍPIO
Lidiane Oliveira

SAÚDE

NUPEVA ESTADO
Karla Danielly Anacleto

SEGURANÇA PÚBLICA

RONDA MARIA DA PENHA ESTÂNCIA
Fabiola Góis

PATRULHA MARIA DA PENHA ARACAJU
Sabrina Dias

PATRULHA MARIA DA PENHA N. S. DO SOCORRO
Alyne Barboza

DAGV'S
Delegada Mariana Diniz

A abertura desse evento foi realizada pela Desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva, que destacou: “Eu me preocupo bastante com a Lei Maria da Penha. A mulher está em condição muito subserviente ao homem e, nem sempre, as medidas protetivas resolvem. Estou na Câmara Criminal e tenho sido muito dura porque a gente vê que o juiz determina a medida e, nem sempre, o agressor cumpre. Espero que, nesse fórum, sejam encontradas mais saídas para coibir isso”, ressaltou a Desembargadora.

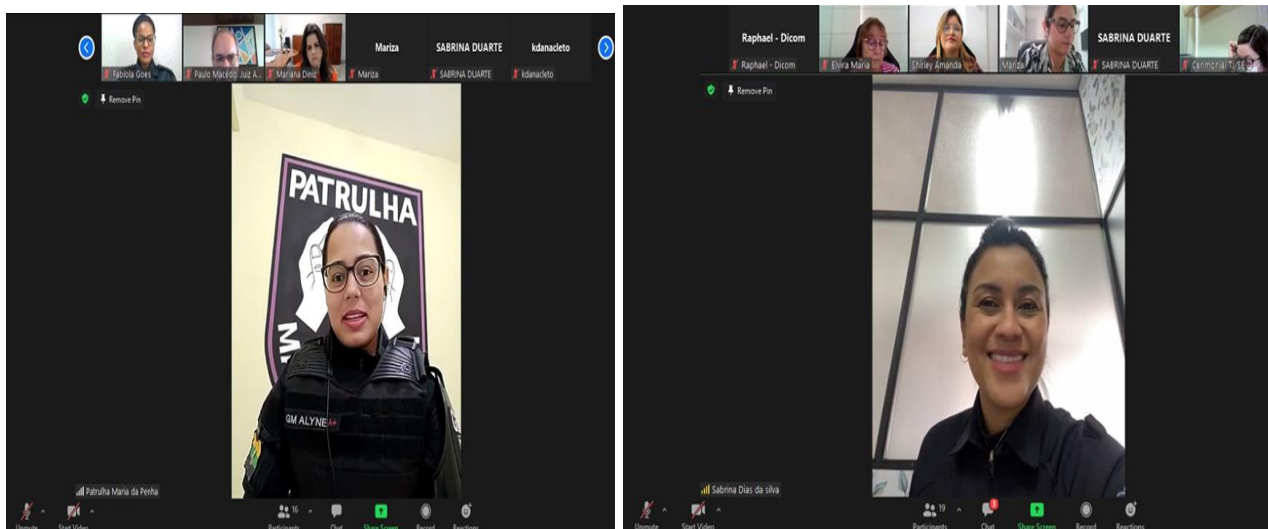


Em seguida, o Diretor do Núcleo de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de Aracaju, Walter Andrade Júnior, falou sobre a importância do levantamento de dados para o combate à violência contra a mulher. “Estamos no Agosto Lilás e, nossa ideia é lançar ainda este mês um painel que demonstrará informações sobre os casos de violência e feminicídios para que os órgãos sejam mais assertivos na construção das políticas públicas”, informou.

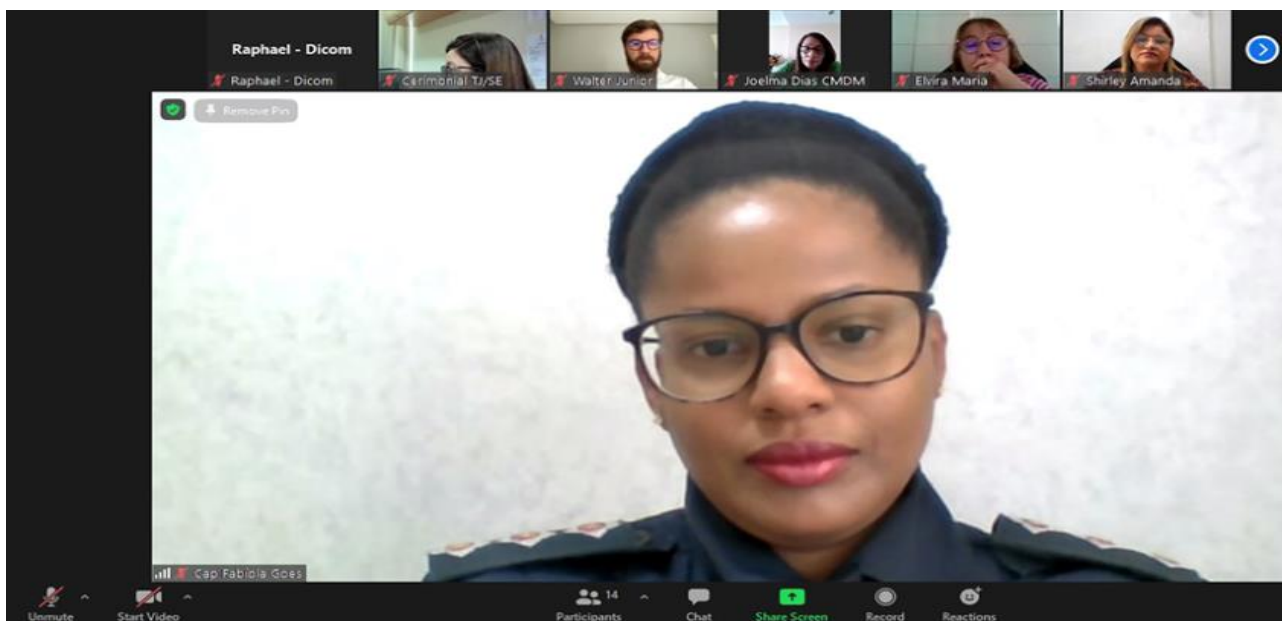


No eixo Segurança Pública, a primeira a falar foi Alyne Barboza, da Patrulha Maria da Penha de Nossa Senhora do Socorro. “Temos apenas um ano de trabalho, mas com resultados que foram benéficos para o município”, disse. Já Sabrina Dias, da Patrulha Maria da Penha de Aracaju, explicou que o trabalho é ostensivo e também educativo.

“Desde que iniciamos os trabalhos, em maio de 2019, foram 90 mulheres assistidas e oito prisões por quebra de medida protetiva”, enumerou Sabrina.

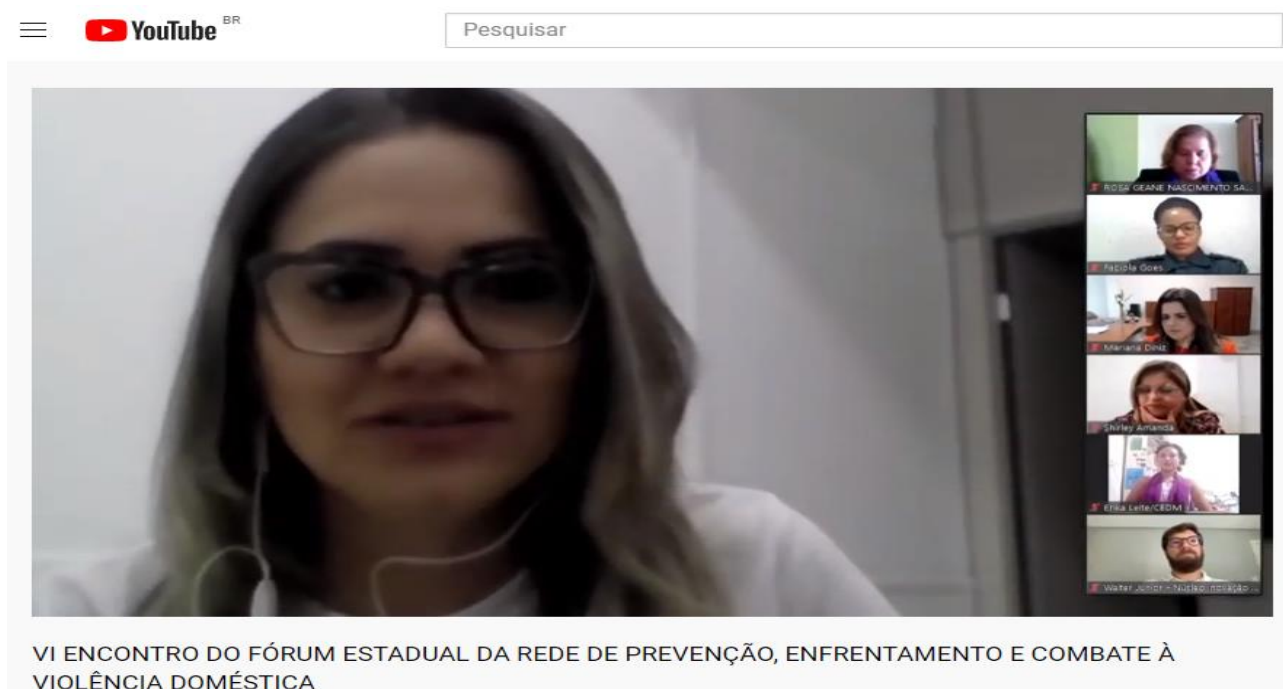


Os dados relativos à Ronda Maria da Penha, que é executada pela Polícia Militar, e não pela Guarda Municipal (responsável pela Patrulha), foram apresentados pela Capitã Fabíola Góis. Em Estância e Itabaiana, onde existe a Ronda, já foram realizadas 1.716 visitas a mulheres vítimas e fiscalizações de medidas protetivas, além de 119 prisões de agressores, com o atendimento a 446 mulheres, desde 2019. “Nossas ações contemplam os três eixos da Lei Maria da Penha, proteção e assistência, com as visitas e atendimentos; prevenção e educação, com as palestras; e combate e responsabilização, com as prisões”, explicou a capitã.





Finalizando o eixo Segurança Pública, a Delegada Mariana Diniz, Diretora do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) falou sobre as ações de combate à violência contra a mulher e apresentou alguns dados relacionados à Lei Maria da Penha. Em Sergipe, em 2020, foram registrados 6.112 boletins de ocorrência e 3.615 inquéritos policiais instaurados. Este ano, até o último domingo, foram 3.718 boletins e 2.265 inquéritos. Sobre os casos de feminicídio, foram registrados no Estado, em 2018, 16; 21, em 2019; 14, em 2020; e 8, este ano, até o último dia 15.



A representante do Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes (Nupeva) de Aracaju, Lidiane Oliveira, discorreu para os integrantes da rede sobre a importância do Núcleo.

“Precisamos atuar, enquanto Núcleo, junto ao Ministério da Saúde no fortalecimento da atuação do profissional de saúde, na integralidade do atendimento à mulher em situação de violência”, informou. Ela falou também sobre o Salve Mulher, que é o sistema de aviso de suspeita de atos de violência contra a mulher, que tem como objetivo direcionar a apuração de responsabilidade e proteger as vítimas.



Conforme Karla Anacleto, a área técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes da Secretaria de Estado da Saúde (SES) tem como objetivo subsidiar ações de enfrentamento dos determinantes das causas externas relacionadas à vigilância e prevenção em saúde. Ela informou que, segundo notificações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação da SES, de 2019 a 2021, foram registrados 2.497 casos de violência contra a mulher, sendo que 59,4% dos casos ocorreram dentro dos lares.



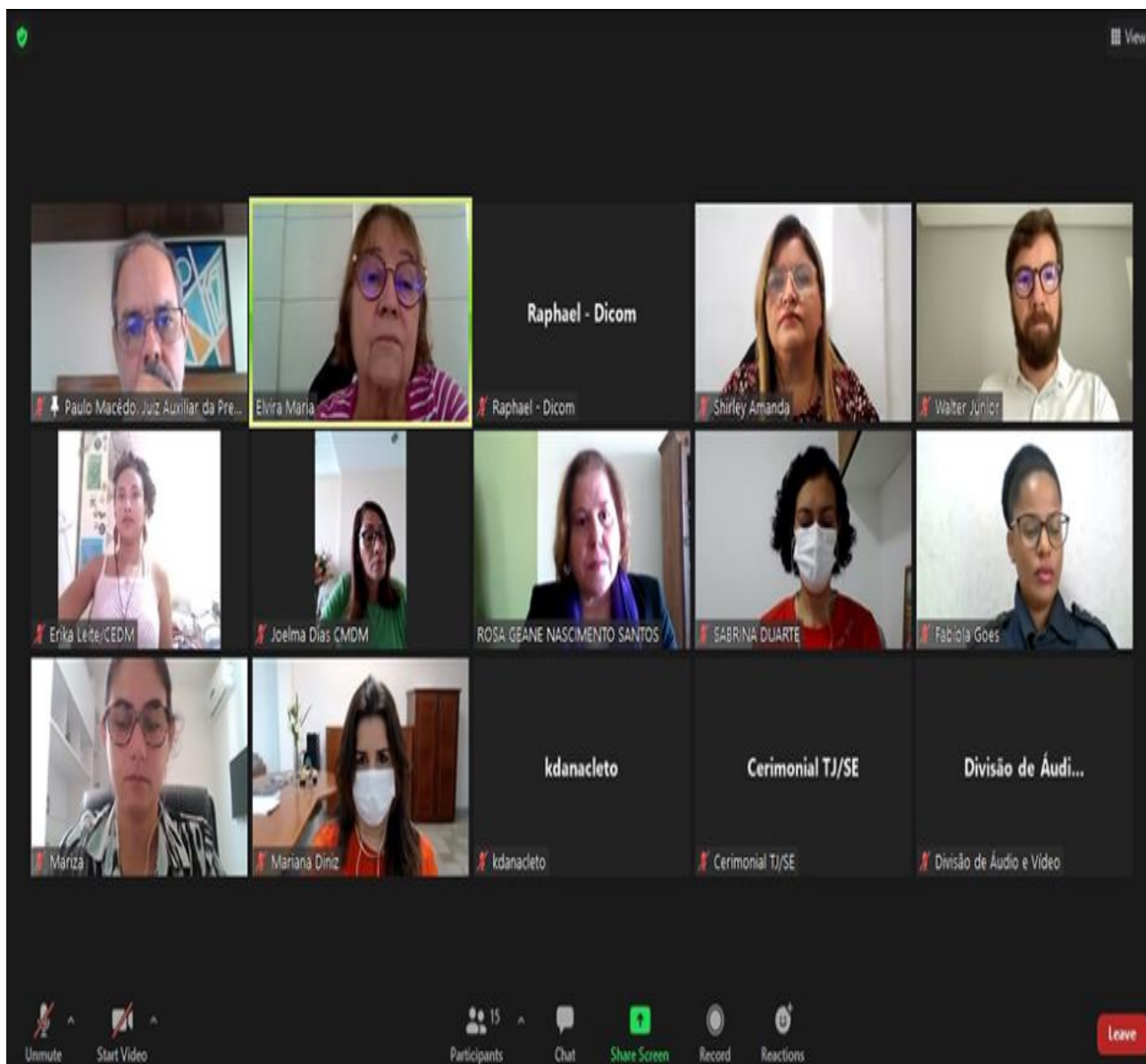
O último eixo tratado no segundo dia do fórum foi o dos Conselhos de Direitos. A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), Érika Leite, falou sobre as ações que estão sendo realizadas. “Temos provocado as prefeituras para criação e efetivação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Começamos 2021, com quatro Conselhos Municipais, em Aracaju, Estância, Lagarto e Canindé. Agora, em agosto, mais quatro foram ativados e seis reativados, totalizando 14 Conselhos Municipais”, comemorou Érika.



A Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher de Aracaju, Joelma Dias, informou que, desde 2020, o grande marco enquanto Conselho é a luta para efetivar o Plano Municipal de enfrentamento à violência contra a mulher. “Estamos em fase final, a minuta da lei está sendo ajustada para ser enviada à Câmara Municipal. Sabemos que o plano sozinho não vai garantir a erradicação da violência, mas será mais uma garantia dos direitos das mulheres”, opinou.



Antes do encerramento, a Juíza Rosa Geane Nascimento agradeceu a participação de todos. “As palestras foram excelentes. Acredito muito que se fizermos nosso trabalho bem feito, como já temos feito, e continuarmos com essa articulação da rede, vamos avançar no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher”, salientou. Já o Juiz Auxiliar da Presidência do TJSE, Paulo Macedo, disse que participar do fórum foi enriquecedor. “Parabenizo a Coordenadoria da Mulher por organizar esse evento, dando oportunidade de diálogo e mostrando a todos aqui que não se trabalha sozinho”, elogiou.



2.3- Dia 18/08/2021

- **Terceiro dia do VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe**

No terceiro dia do VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe foram discutidos projetos desenvolvidos nas áreas de Educação e pela sociedade civil.



VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL
DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO
E COMBATE À VIOÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER DE SERGIPE
15 anos da Lei Maria da Penha: Avanços, Desafios e Fazeres
16 a 20 de agosto - 2021

Lei Maria da Penha 15 anos

18 de agosto
APRESENTAÇÕES

EDUCAÇÃO


SEMED
Maíra Elena


SEED
Adriane Damascena

SOCIEDADE CIVIL


ONG AGATHA
Talita Verônica da Silva


INSTITUTO RESSURGIR
Valdilene Oliveira Martins

INSTITUIÇÕES DE ENSINO


UNIVERSIDADE TIRADENTES
Dra. Grasielle Borges Vieira


PIO DÉCIMO
Mônica Silva Silveira


FACULDADE ESTÁCIO
Igor Soares Vieira


UFS
Catarina Nascimento de Oliveira


UFS
Claudiene Santos


COORDENADORIA ESTATUAL DA MULHER


Primeira Secretária do Estado de Sergipe



VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A abertura desse dia foi realizada pela Desembargadora Maria Angélica França e Souza, que destacou: “Em seu nome, minha amiga Rosa Geane, cumprimento todas essas guerreiras. Conheço essa sua batalha em prol dos direitos das mulheres e dou as boas-vindas a todos que estão participando desse encontro”, saudou a magistrada. A Juíza Rosa Geane Nascimento, que é a Coordenadora da Mulher do TJSE, lembrou que no primeiro encontro do fórum foi discutida a necessidade de implantação em Sergipe de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. “Se o homem faz parte do problema tem que, necessariamente, fazer parte da solução”, considerou Rosa Geane.

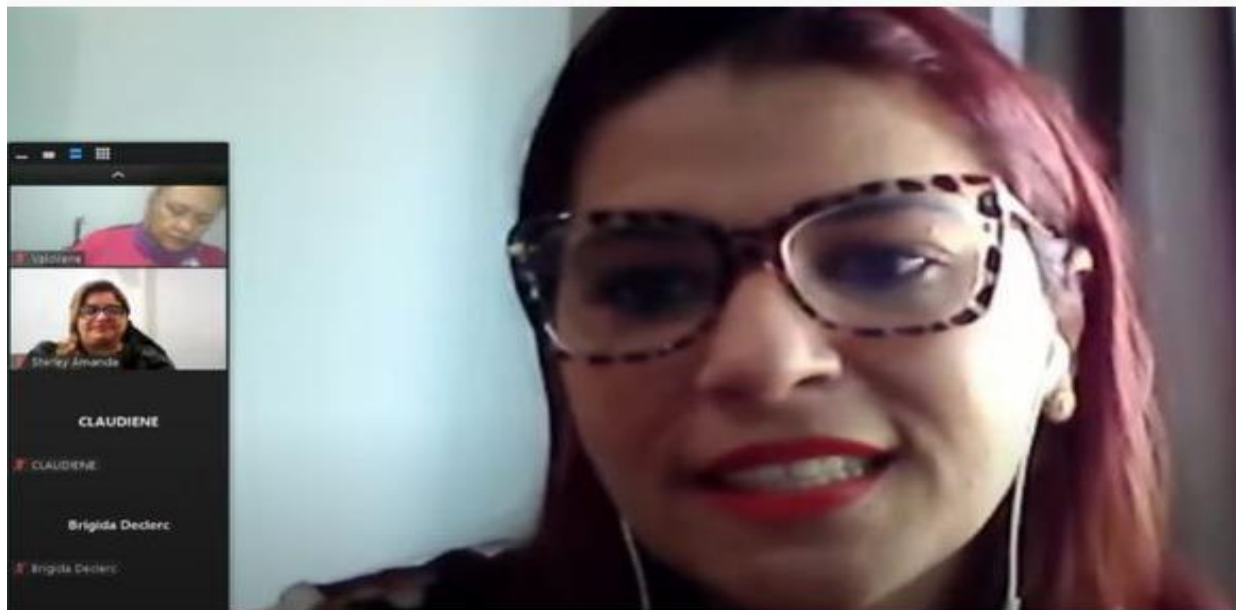


VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O eixo Educação foi iniciado com a apresentação de Maíra Nascimento, Coordenadora de Políticas Educacionais para Diversidade da Secretaria de Educação de Aracaju. Ela falou sobre o Projeto Pega a Visão, que dialoga com alunos da rede municipal de ensino sobre questões de gênero e violência doméstica. Já a Maria Aparecida Couto, da Secretaria de Estado da Educação, apresentou ações desenvolvidas nas escolas estaduais, entre elas o curso Promoção da Cultura de Paz, que tem módulos sobre direitos humanos, violências e papel da escola, e comunicação não-violenta.



Em seguida, a professora Grasielle Vieira, da Universidade Tiradentes, discorreu sobre os avanços da Lei Maria da Penha. “No eixo prevenção da lei, podemos destacar a educação em gênero, uma das mais relevantes políticas, mediante a inclusão nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, a temática da equidade de gênero e violência”, considerou a professora, que é autora do livro ‘Grupos reflexivos para autores de violência doméstica: responsabilização e restauração’, que está na segunda edição.



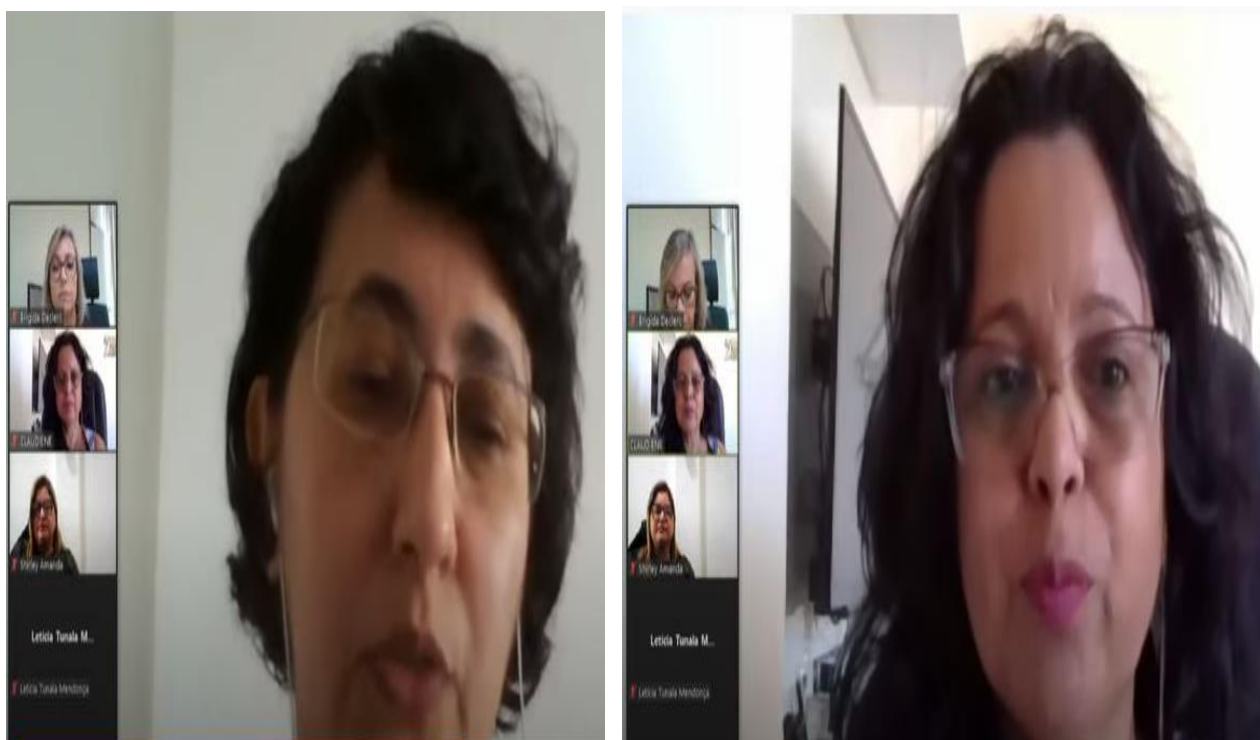
O Projeto Ressignificando Laços, da Faculdade Pio Décimo, foi apresentado pela professora Mônica Silveira. “É um trabalho feito com casais, no qual mulheres que, em algum momento, foram vítimas de violência denunciaram seus parceiros, mas escolheram continuar a relação por entenderem que ainda existiam vínculos”, explicou a professora, informando que, semestralmente, são atendidos cerca de 20 casais, no Centro de Prática e Ensino de Psicologia da Faculdade.



Uma ação semelhante é realizada pela Faculdade Estácio. De acordo com o professor Igor Vieira, o Projeto Viver Família já atendeu mais de 400 homens autores de violência contra a mulher, desde 2015. “Os homens são encaminhados pelo Judiciário para grupos reflexivos e têm que participar, obrigatoriamente, de dez encontros, duas vezes por semana. Cada grupo tem, no máximo, 10 participantes”, informou. Dados mostram que a reincidência de ações violentas contra a mulher chega a cair de 60% para 2% após participação dos homens nos grupos reflexivos.



Da Universidade Federal de Sergipe, participaram do fórum as professoras Catarina Oliveira e Claudiene Santos, que recordou um feminicídio ocorrido no restaurante da UFS, em 19 de agosto de 2013. Na ocasião, Daniele Bispo foi assassinada com 17 facadas, na cozinha do restaurante, onde passavam cerca de mil pessoas diariamente. A vítima levava no bolso uma medida protetiva que ordenava ao agressor que se mantivesse afastado dela. Conforme a professora, depois desse episódio, foram organizados cursos de sensibilização para funcionários, uma ação realizada pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais, em parceria com a UFS e CNPq.



Sociedade Civil

No eixo Sociedade Civil, a primeira a falar foi a advogada Valdilene Martins, do Instituto Ressurgir, que este mês completa dois anos. Ela apresentou inúmeros projetos desenvolvidos pelo instituto, que tem como objetivo fortalecer o combate e a prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 2020, o Ressurgir realizou 163 lives relacionadas a questões de gênero. No próximo dia 26, às 20 horas, a live do instituto abordará o tema empreendedorismo, apresentando produtos e serviços de cinco mulheres. Valdilene informou que qualquer dúvida ou pedido de auxílio pode ser solicitado ao Ressurgir através do WhatsApp (79) 98852-1850.



Por fim, Talita Silva apresentou o trabalho da ONG Agatha, que atua em prol da mulher há seis anos. “Atendemos mais de 200 famílias e temos 35 voluntários. Nosso objetivo é que as mulheres sejam autoras da sua própria história”, enfatizou Talita, que falou sobre alguns programas desenvolvidos pela ONG. Entre eles, o Elas por Elas, de atendimento psicossocial e jurídico a mulheres vítimas de violência; e o Sua vida vale mais, de ações preventivas à violência doméstica e tráfico de pessoas.



O evento foi encerrado pela Juíza-Corregedora do TJSE, Brígida Declerc Fink. Ela anunciou a realização de três mutirões, que vão totalizar 88 audiências de instrução relacionadas à violência contra a mulher. Audiências essas que estavam agendadas para o próximo ano. O primeiro mutirão, com 30 audiências, ocorrerá de 1 a 3 de setembro, na 1ª Vara Criminal de Socorro; e o segundo, no mesmo local, com 54 audiências, no mês de outubro. O terceiro mutirão, de 3 a 18 de novembro, ocorrerá no Juizado de Violência Doméstica de Aracaju, com audiências de instrução relativas a processos distribuídos em 2019.

“Dessa forma, pretendemos avançar ainda mais na realização de outros mutirões e agilizar a prestação jurisdicional. Dessa forma, estaremos contribuindo para se alcançar a rápida resposta almejada pelo jurisdicionado e pela sociedade”, salientou a Juíza-Corregedora, lembrando que a parceria com Ministério Público, Defensoria e Ejuse está sendo fundamental para realização dos mutirões. Ela disse ainda que ficou feliz por participar do fórum justamente no dia dedicado à Educação e Sociedade Civil. “Tive a oportunidade de conhecer vários projetos que eu não conhecia e o olho brilha. O olho brilha porque estou sempre muito engajada nesse tema”, contou.

➤ **Palestra “Questões controvertidas sobre a Lei Maria da Penha”**



18ª SEMANA DE JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

PALESTRA
Questões controvertidas da Lei Maria da Penha



PALESTRANTE
Des. Edson Ulisses de Melo,
Presidente do TJSE



MEDIADORA
Rosa Geane Nascimento,
Juíza Coordenadora da Mulher



Dia 19 de agosto - 16h
Transmissão - YouTube - TJSE Eventos



O Presidente do Poder Judiciário de Sergipe, Desembargador Edson Ulisses de Melo, ministrou na tarde do terceiro dia da 18ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA a palestra de tema ‘Questões controvertidas da Lei Maria da Penha’, atuando como mediadora da palestra a Juíza Rosa Geane Nascimento, Coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).



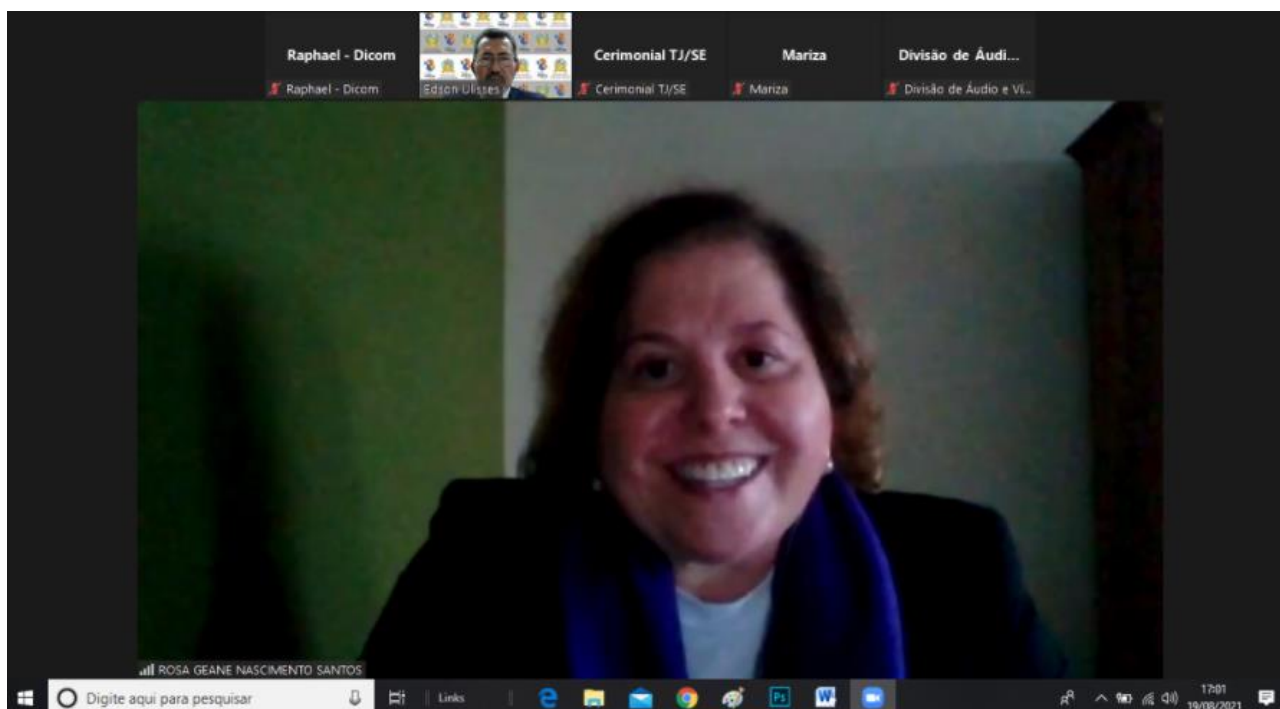
A Coordenadora iniciou o evento lembrando que este mês é chamado de Agosto Lilás por ser dedicado ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em seguida, ela leu um trecho de um voto antigo do Desembargador Edson Ulisses, que à época foi vencido, relacionado à Lei Maria da Penha.

“Assevero que a Lei Maria da Penha é considerada uma importante conquista no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, que resultou de uma luta histórica da sociedade civil organizada, consciente de que a brutalidade a qual essas mulheres são submetidas nesse país, precisa terminar”, salientava o voto do Desembargador.

Assim que iniciou a palestra, o Presidente do Poder Judiciário destacou que sempre defendeu a legalidade da Lei Maria da Penha e lamentou por mais um feminicídio registrado em Aracaju, nesta quinta-feira, quando uma mulher grávida de 8 meses foi assassinada pelo marido, no Robalo, Zona de Expansão da capital. “O que eu espero é que caminhemos para relacionamentos de respeito, dignidade, coerência, aceitação e empatia em relação ao outro e, em especial, à mulher”, destacou.

Durante a palestra, o Presidente também lembrou que havia nas delegacias uma cultura de não levar adiante as denúncias. “Achava-se que deveriam contornar o problema, fazendo acordos entre o agressor e a vítima, naquele suposto de que em briga de marido e mulher não se deve meter a colher. E isso perdurou muito tempo até que se formou um

jargão invertido. Na briga de marido e mulher, o Estado deve sim meter a colher”, ressaltou o Desembargador.



A mediadora questionou o palestrante sobre equipamentos que precisam ser instalados em prol da vítima, a exemplo da Casa da Mulher Brasileira. Em Sergipe, há destinação de verba para instalação da Casa e também o terreno, localizado no Centro Administrativo de Aracaju, próximo ao Fórum Gumersindo Bessa. “A Casa da Mulher vai oferecer uma possibilidade real de acolhimento à mulher vítima, que se vê discriminada até em momentos em que vai prestar uma reclamação. Na Casa, ela terá um atendimento diferenciado para historiar a ocorrência”, comentou o Presidente.

A palestra também abordou outros temas, a exemplo de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar e a campanha Sinal Vermelho. “Vejo essa campanha como um encorajamento às mulheres. É mais uma conquista, uma possibilidade de a mulher poder denunciar, sabendo que estará protegida. Assumimos essa campanha porque está dentro da nossa proposta de gestão, direcionada aos direitos humanos, por um mundo melhor e mais justo”, disse o Presidente.

2.4- Dia 19/08/2021

- **Quarto dia do VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe**



VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL
DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO
E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER DE SERGIPE
15 anos da Lei Maria da Penha: Avanços, Desafios e Fazeres
16 a 20 de agosto - 2021



19 de agosto
APRESENTAÇÕES

ASSISTÊNCIA

					
CRM BARRA DOS COQUEIRO Edenia Gouveia	CREAM ESTÂNCIA Maria Guadalupe Batista	ABRIGO MUNICIPAL NÚBIA MARQUES ARACAJU Fernanda França Barreto	ABRIGO ESTADUAL NEUZICE BARRETO Marli Silveira Ferreira Ribeiro	GRUPOS REFLEXIVOS DA CIAPE Valdemir dos Santos	CASA DA MULHER BRASILEIRA SEIAS/SE Lucivanda Nunes Rodrigues

ASSISTÊNCIA

	
GRUPOS REFLEXIVOS DE MOITA BONITA E MALHADOR Viviane Mota Goes	GRUPOS REFLEXIVOS DE MOITA BONITA E MALHADOR Marcelly Francielle de Jesus França

TJSE

	
PERÍCIA JUDICIAIS Denise Freitas Brandão	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO JUIZADO DE VDFCM/ARACAJU Taylanne Alves Araújo




No quarto dia do VI Encontro do Fórum Estadual da Rede estiveram presentes representantes dos órgãos da assistência, dos Centros de Atendimento à Mulher (CREAMs), dos grupos reflexivos, da Central de Alternativas Penais, da Central de Perícias do TJSE e do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Aracaju apresentando suas boas práticas.

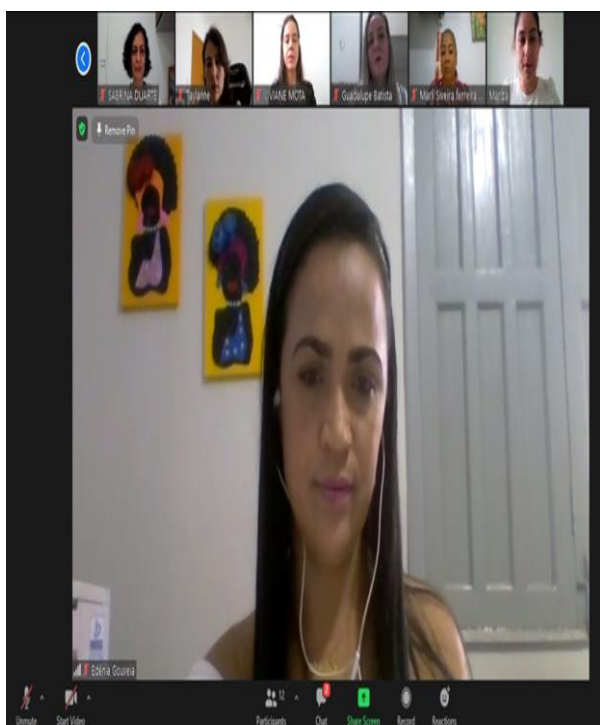


A abertura dos trabalhos foi realizada pela Corregedora do Tribunal Regional Eleitoral, a Desembargadora Iolanda Santos Guimarães. “Essa discussão é muito importante, com a participação de pessoas que levarão adiante ações e fazeres que mudarão a realidade de muitas mulheres que sofrem com a violência”, destacou.



A Juíza Coordenadora da Mulher, Rosa Geane Nascimento avaliou o VI Encontro do Fórum Estadual da Rede. "Gostaríamos de agradecer e parabenizar a todos(as) os(as)

integrantes da rede pelos excelentes e inspiradores trabalhos. Gostaríamos de agradecer imensamente ao Presidente do TJSE, Des. Edson Ulisses de Melo, à Des. Elvira Maria Almeida Silva, à Des. Maria Angélica França e Souza, à Des. Iolanda Santos Guimarães, à Des. Ana Lúcia Almeida dos Anjos; à Juíza Maria da Conceição Silva Santos e ao Juiz Paulo César Cavaltante Macedo, auxiliares da Presidência do TJSE e à Juíza Brigida Declerc Fink e à Juíza Dauquiria Ferreira, auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça pelas presenças e excelentes falas nas aberturas e encerramentos dos painéis. Pretendemos dar continuidade às boas práticas, dando voz para que estas ações sejam referência para outros municípios, que os gestores públicos se espelhem em projetos e ações que melhoram o atendimento e o acolhimento da mulher vítima de violência. Esse é um primeiro abraço à Rede, porque sabemos que esse abraço chega à mulher, ao agressor e aos projetos que brilhantemente estão sendo expostos neste encontro”.



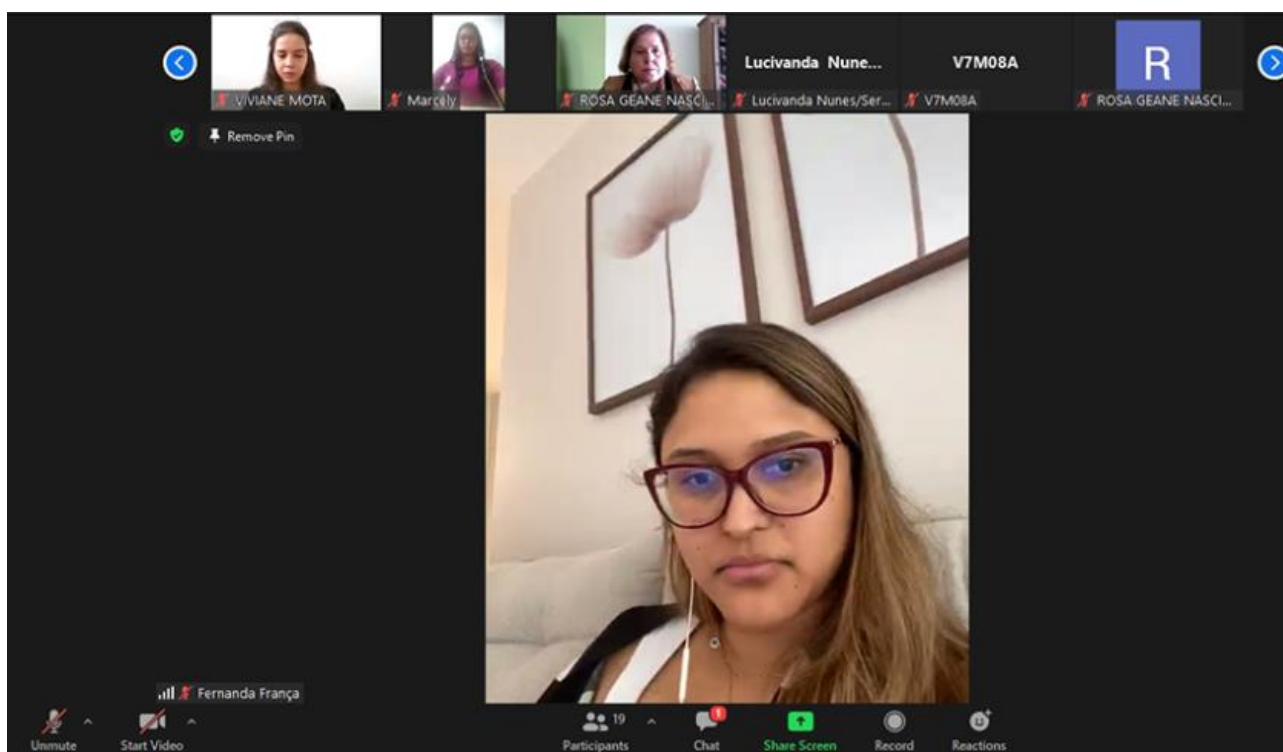
Do Município de Barra dos Coqueiros, do Centro de Referência da Mulher (CRM), Edênia Gouveia fez a apresentação do serviço que está em atuação desde o ano de 2007, único municipalizado em Sergipe. O CRM realiza atendimentos em serviço social, atendimento psicológico, orientação jurídica e grupo de mulheres. “Nos últimos 4 anos, o percentual de atendimento do CRM foi uma média de 87 mulheres; em 2020, foram atendidas 100 mulheres. Temos a Coordenadoria da Mulher como uma parceira, inclusive, tivemos uma reunião recentemente para implantação da Patrulha Maria da Penha”, afirmou Edênia.



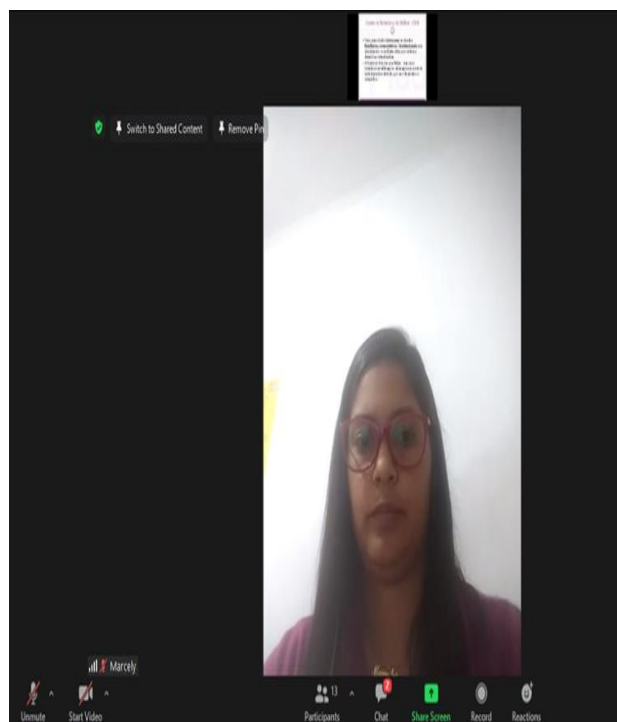
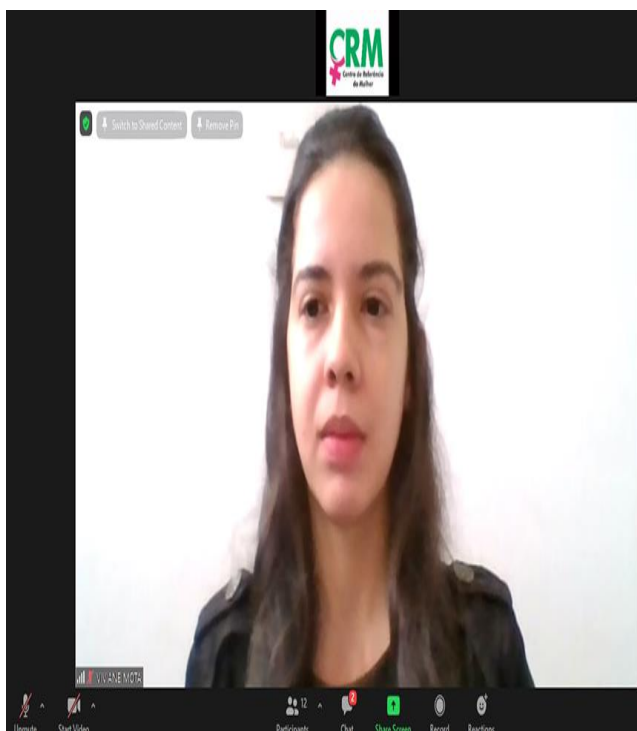
Do Centro de Atendimento à Mulher (CREAM), do Município de Estância, Maria Guadalupe Batista falou do serviço que foi implantado em 2015. “Atendemos a mulheres que nos chegam pela demanda livre, encaminhamentos da DAGV, do Poder Judiciário e Ministério Público e instigamos que elas se tornem protagonistas das suas histórias. Na pandemia, fizemos atendimentos virtuais, pelo WhatsApp, mas já retornamos o atendimento presencial”, informou Guadalupe, acrescentando que está em desenvolvimento do *Projeto Maria: Resgatando Autonomia e Mãos Empenhadas contra a Violência*, este com os professores das redes municipais e estaduais



Do Abrigo Estadual Neuzice Barreto, a representante Marli Ribeiro apresentou os dados de acolhimento de mulheres nos anos de 2020 e 2021. “Em 2020, tivemos 28 mulheres; e, em 2021, 12 mulheres estão acolhidas. Estamos numa unidade em que as mulheres ficam muito ociosas e buscamos mecanismos para reduzir essa ociosidade. Faremos uma reunião no dia 30 para pensar esse fluxo e criar uma cartilha para uniformização dos encaminhamentos, porque ainda encontramos dificuldades quanto à documentação encaminhada pelas Delegacias”, relatou.



Do Abrigo Municipal Núbia Marques, Fernanda Barreto, explicou o funcionamento. “Hoje somente recebemos as mulheres vítimas de violência do município de Aracaju. Percebemos que há uma maior incidência de violência nos bairros Santa Maria e 17 de Março, uma vez que as mulheres que temos acolhido são residentes desses bairros. Os nossos encaminhamentos vêm da DAGV e uma grande dificuldade que encontramos são nos encaminhamentos do IML, uma vez que não se compreende a urgência dos exames para essas mulheres”, relatou Fernanda. O Abrigo Núbia Marques tem capacidade para 20 mulheres vítimas de violência e que possuem medida protetiva de urgência.



Representando o serviço de grupos reflexivos, desenvolvidos nos municípios de Moita Bonita e Malhador, Viviane Goes e Marcey França relataram que o serviço foi estimulado pela Juíza da Comarca Patrícia Cunha e pela Delegada Clarissa Lobo. Falaram do *Projeto Laços de Proteção* que visa a redução dos índices de violência doméstica, principalmente para mulheres que não tinham o empoderamento para realizar as denúncias. De acordo com a explicação, em Moita Bonita e Malhador foram desenvolvidos os seguintes projetos paralelos: *Filhos em Cena*, direcionados para as crianças; *Bem-Me-Quer*, para o empoderamento das mulheres; e *Metamorfose*, para os autores de violência doméstica, que após a audiência judicial são encaminhados para o projeto.

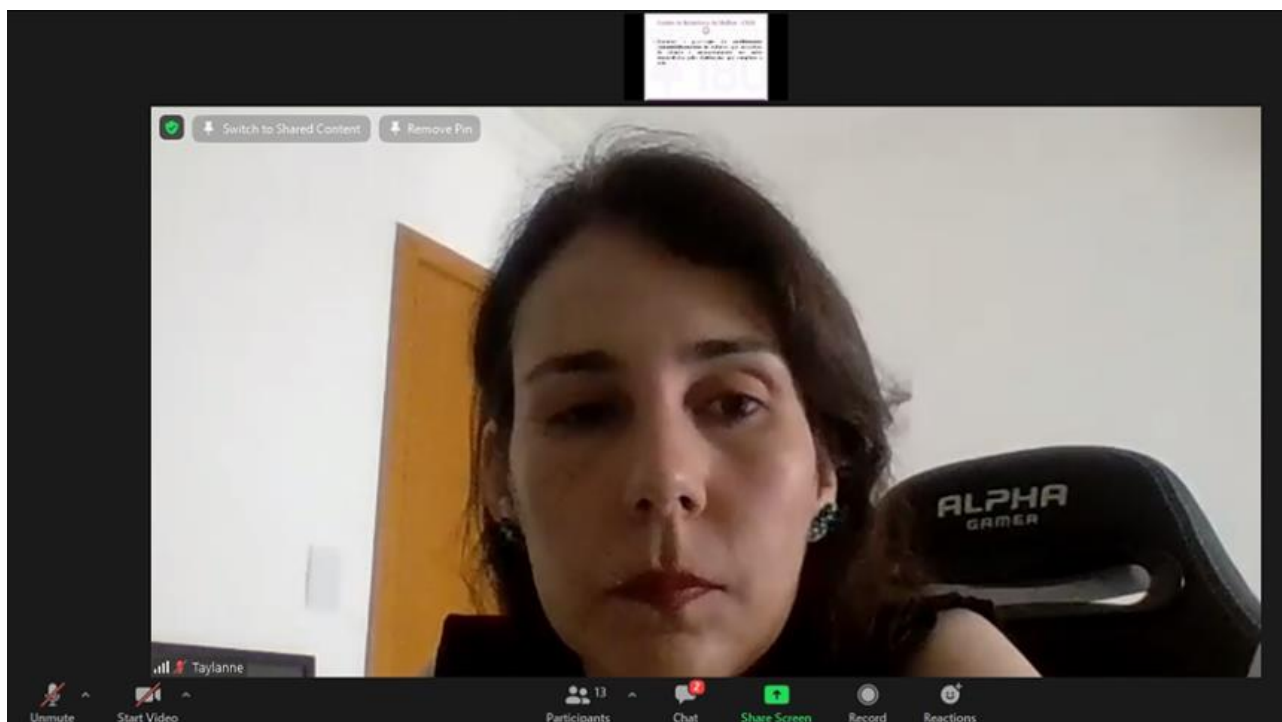


O representante dos grupos reflexivos, desenvolvidos pelo Estado por meio da CIAP, Valdemir dos Santos, também apresentou as ações do *Projeto Homem com H*, no qual é feito o atendimento aos agressores que são encaminhados por meio das audiências de custódia e dos juízos localizados nos municípios da Grande Aracaju. “Nosso trabalho é na ressignificação desse sujeito de direito, assim a CIAP promove ações de caráter pedagógico, educativo, preventivo e restaurativo, além do acesso a políticas públicas”. De acordo com Valdemir, desde o início das atividades dos grupos reflexivos, em setembro de 2020, a média de atendimento mensal nas audiências de custódia é de 112,3 e na sede da CIAP de 256 atendimentos.



VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A representante da Perícia Judicial do Tribunal de Justiça de Sergipe, a Analista de Psicologia Denise Freitas Brandão apresentou como é feito o atendimento às mulheres, a partir da solicitação de perícias para instrução dos processos, cujo fruto é um laudo ou estudo psicológico ou social que é juntado ao processo judicial. “Nós, profissionais que trabalhamos na Perícia, avaliamos os impactos psicológicos nas vítimas, o comportamento do possível agressor; os aspectos socioeconômicos; a vinculação afetiva; o histórico da convivência, contexto do agressor; os fatores de risco”, apresentou.

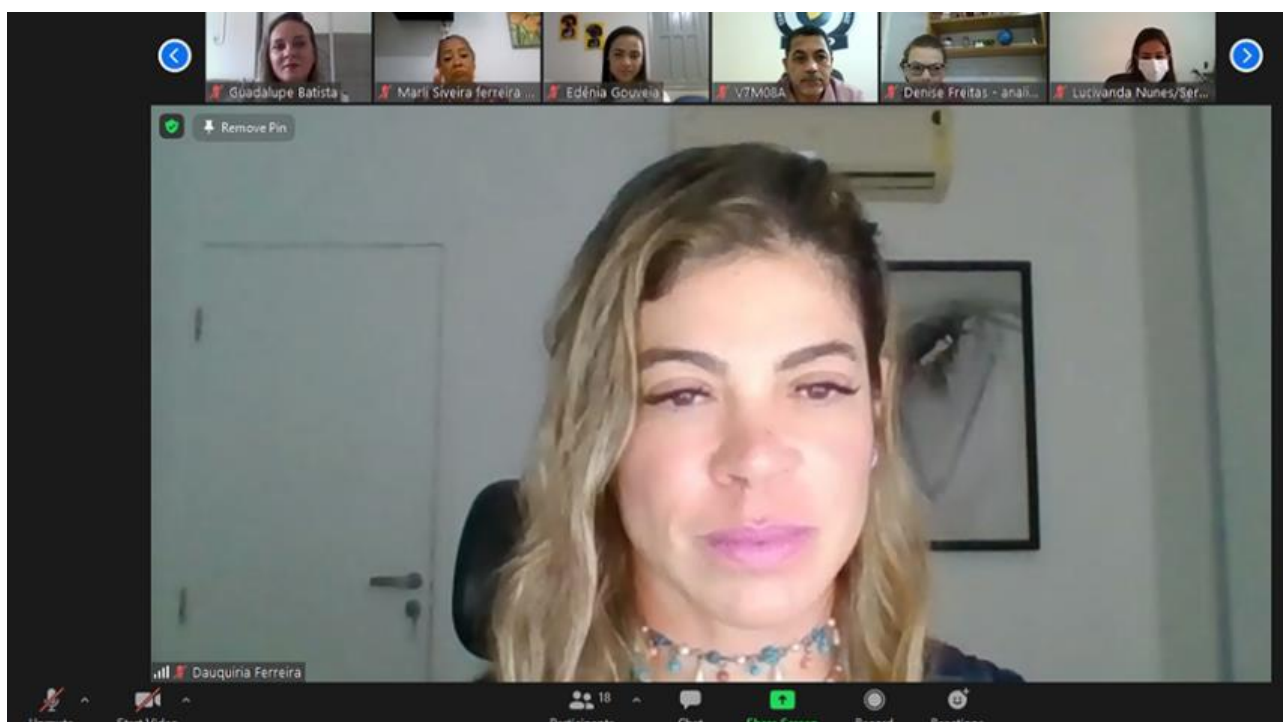


A representante no Núcleo Multidisciplinar do JVDFM, Taylanne Araújo, expôs a vivência do trabalho desenvolvido na Comarca de Aracaju pela equipe psicossocial e técnica. “No Juizado também realizamos essa atividade pericial, como também uma atividade de apoio. Apesar de não ser um trabalho terapêutico, na medida que assumimos a condição de fonte de escuta ativa, fazendo encaminhamentos, fornecendo informações, adquirimos também essa função. Mantemos contato com os serviços da Rede, como a Patrulha Maria da Penha e outros serviços que possam dar um acompanhamento permanente e mais próximo da comunidade de origem da mulher ou do agressor”, explicou Taylanne.



A Secretária de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS), Lucivanda Nunes Rodrigues, detalhou os trâmites para a instalação da Casa da Mulher Brasileira em Sergipe.

“Essa discussão não teve início hoje, mas desde 2019, sempre capitaneada pelo Juíza Rosa Geane e já estamos colhendo os frutos. Estamos com o projeto Casa da Mulher inscrito no Governo Federal, aceito pela Caixa Econômica Federal. Agora estamos desenvolvendo ações de bastidores, com órgãos ambientais e infraestruturais, a fim de que esse empreendimento tão necessário na luta e enfrentamento à violência contra a mulher seja finalmente uma realidade. Entramos na etapa de sensibilização dos atores que deverão estar juntos ao Executivo e ao Judiciário na perspectiva de cooperação para manutenção e funcionamento da Casa da Mulher”, informou a Secretária.



A Juíza Corregedora do TJSE, Dauquíria Ferreira, fez o encerramento dos trabalhos do quarto dia do *VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe*. “Lutamos para que haja respeito à mulher, respeito à leis, para que esses números de violência sejam reduzidos e para que possamos chegar ao sonho de que, se não zerarmos os números, as notificações de violência doméstica sejam mínimas. Essa é uma realidade presente e precisamos lutar, denunciar e nunca aceitar. Não podemos perder o foco, esse é um trabalho de formiguinha, mas que precisa ser feito”, ressaltou a magistrada.

2.5- Dia 20/08/2021

- Quinto dia do *VI Encontro do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Sergipe*



**VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL
DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO
E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER DE SERGIPE**
15 anos da Lei Maria da Penha: Avanços, Desafios e Fazer
16 a 20 de agosto - 2021



*Lei
Maria
da Penha*
15 anos

20 de agosto APRESENTAÇÕES

CASA DA MULHER BRASILEIRA - SE



CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA
Conselheira Flávia
Moreira Guimarães Pessoa



SECRETARIA NACIONAL
DE POLÍTICAS PARA
AS MULHERES
Secretária Cristiane
Rodrigues Brito



GOVERNO DO ESTADO
DE SERGIPE
Vice-Governadora
Eliane Aquino Custódio

CAMPANHA SINAL VERMELHO



ASSOCIAÇÃO DOS
MAGISTRADOS
BRASILEIROS - AMB
Presidente Dra. Renata
Gil de Alcântara Videira



ASSOCIAÇÃO DOS
MAGISTRADOS DE SERGIPE
Roberto Alcântara
de Oliveira Araújo



ASSOCIAÇÃO
SERGIPANÁ DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Dr. João Rodrigues Neto



GÊNERO E RAÇA
COMITÊ DA EQUIDADE
DE GÊNERO E RAÇA
COMEGER - TJSE
Presidente Des. Ana Lúcia
Freire dos Anjos



ASSOCIAÇÃO DOS
DEFENSORES PÚBLICOS
DE SERGIPE
Dr. Herick Victor de Argôlo



OAB/SE
Presidente Dr. Inácio
José Krauss de Menezes



JUSTIÇA RESTAURATIVA
COMISSÃO DE IMPLEMENTAÇÃO,
DIFUSÃO E EXECUÇÃO DA
JUSTIÇA RESTAURATIVA
CIDEJURE - TJSE
Dr. Haroldo Luiz Rigo da Silva



COORDENAÇÃO
DA MULHER



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

ENCERRAMENTO

- Presidente do TJSE - Desembargador Edson Ulisses de Melo



VI ENCONTRO DO FÓRUM ESTADUAL DA REDE DE PREVENÇÃO, ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O quinto dia do encontro foi aberto pela Desembargadora Ana Lúcia Freire dos Anjos, Vice-Presidente do TJSE e Presidente do Comitê Gestor da Equidade de Gênero e Raça do Tribunal (Comeger). “Quero registrar minha alegria em participar desse evento, enaltecendo o trabalho e dedicação da doutora Rosa Geane frente a Coordenadoria da Mulher do Tribunal”, destacou. Em seguida, a Conselheira Flávia Pessoa, do CNJ, ressaltou a importância do trabalho em rede e atuação do sistema de Justiça em prol da mulher vítima.



“O objeto da minha fala hoje é a Casa da Mulher Brasileira. Vi que os encaminhamentos estão muito favoráveis no sentido de efetivar realmente a implantação em Sergipe. O Tribunal de Justiça abraçou a ideia, com muita luta. Para além da construção da Casa em

si, há necessidade de o sistema de Justiça se integrar, dentro dessa linha da atuação em rede”, disse a Conselheira do CNJ. Já há verba destinada para a construção da Casa da Mulher Brasileira em Sergipe, bem como local definido, no Centro Administrativo de Aracaju, próximo ao Fórum Gumersindo Bessa.



Os magistrados foram representados no evento, inicialmente com o Presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), Roberto Alcântara. “A dificuldade de manter e compor uma rede que possa prevenir e combater a violência doméstica é um trabalho hercúleo, mas que vem sendo exercido com maestria pela colega Rosa Geane”, elogiou. Já a Presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (AMB), Renata Gil, falou sobre a relevância da Campanha Sinal Vermelho, na qual um ‘x’ vermelho na mão de uma mulher significa um pedido de socorro.



“Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos é vítima de violência nesse país. Isso é assustador, demanda de nós uma união de esforços e uma união interinstitucional. Não

conseguiremos debelar essa pandemia que é a violência contra a mulher se não estivermos todos unidos num mesmo propósito. Para isso, além de todas as ações que a AMB adotou, propusemos ao Ministério da Justiça a criação de uma estratégia nacional de combate à violência contra a mulher”, informou Renata Gil.



Do Ministério Público de Sergipe, participou do evento João Rodrigues Neto, Presidente da Associação Sergipana do MP. “Recentemente, demos um passo importante, criando no nosso estatuto a Diretoria Setorial da Mulher, que tem como finalidade maior concentrar toda as ações que envolvem o tema violência doméstica”, revelou. Em seguida, a Vice-Governadora Eliane Aquino disse que trabalhar em parceria com o Judiciário é um ganho para a concretização de políticas públicas. “É extremamente importante para nós que estamos na gestão pública o papel de vocês, principalmente a doutora Rosa Geane, que nos move o tempo inteiro”, agradeceu.



O Presidente do Poder Judiciário, Desembargador Edson Ulisses de Melo, lembrou que

um dos eixos da gestão dele é justamente a luta pelos direitos humanos e defesa da mulher. “Sempre defendi a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e que as ações de violência doméstica deveriam tramitar em um Juizado específico”, contou. Inclusive, a Juíza Eliane Magalhães, magistrada titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju, também participou do evento. “É gratificante receber o apoio que a Coordenadoria da Mulher nos tem dado. Trabalhamos com quase dois mil processos, todos urgentes, e a parceria da Coordenadoria é fundamental”, salientou a magistrada.



A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Sergipe (OAB/SE), esteve representada no fórum pela Vice-Presidente, Ana Lúcia Aguiar. “Esse fórum conta com uma rede de proteção que dá às mulheres a coragem e confiança de denunciar os maus tratos e violência”, comentou a advogada, que, ao final da apresentação, apresentou na mão um “x” vermelho, em homenagem à campanha da AMB e CNJ. Em seguida, a Desembargadora Ana Lúcia voltou a falar. “Mais que a Semana da Justiça pela Paz em Casa, esse evento mostra que toda mulher tem o direito de viver sem medo”, salientou a Desembargadora.



Por fim, o Juiz Haroldo Rigo, falou sobre a atuação da Comissão de Implementação,

Difusão e Execução da Justiça Restaurativa (Cidejure) do TJSE. “O Desembargador Edson Ulisses vem potencializando várias ações e carregando a bandeira da Justiça Restaurativa”, agradeceu. O evento foi encerrado pelo Presidente do Poder Judiciário. “Estamos no caminho certo, cumprindo a nossa parte e devemos acelerar o processo educacional, como foi dito e repetido por quase todas as falas apresentadas aqui”, considerou o Desembargador Edson Ulisses.

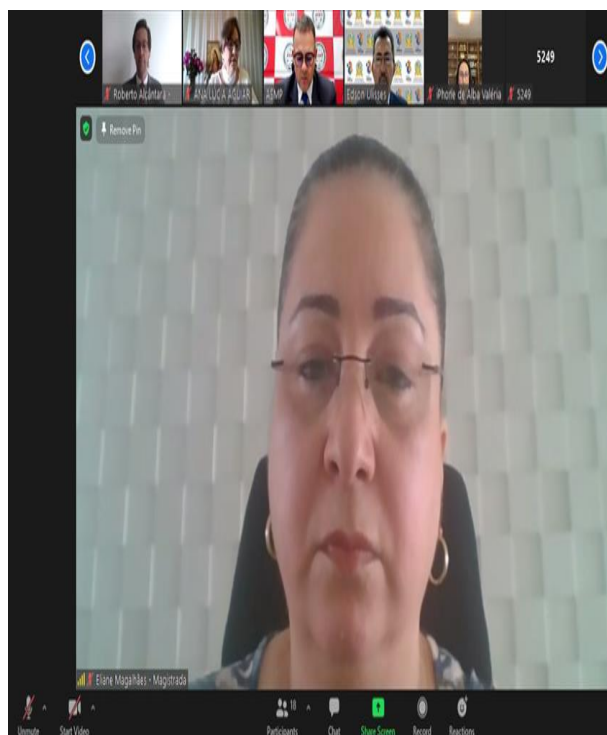
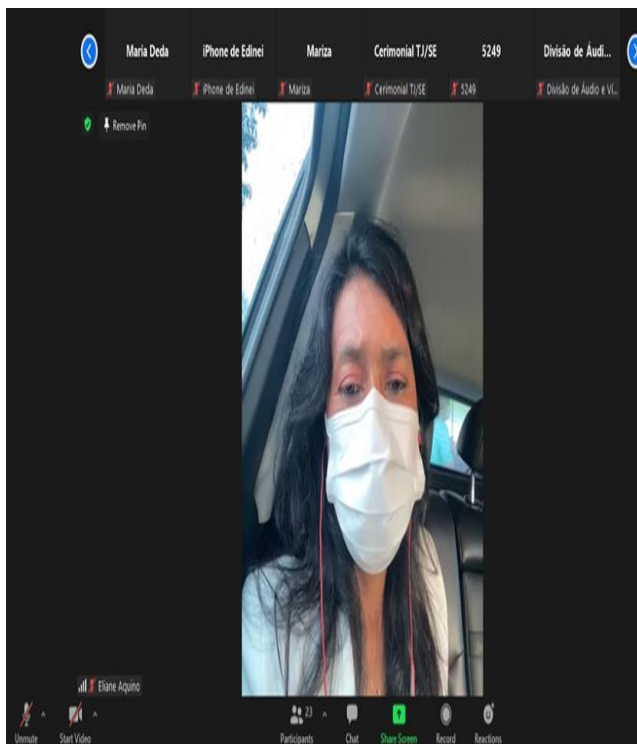


A Juíza Rosa Geane Nascimento agradeceu e parabenizou aos (às) palestrantes, às mediadoras, aos (às) participantes do Fórum e ao Presidente, às Desembargadoras e ao Juiz e Juízas que abriram e encerram cada dia do evento, bem como agradeceu as palavras a ela dirigidas, dizendo que cada pessoa deixou uma importante contribuição.

“O Brasil é o quinto país do mundo em assassinato de mulheres e o primeiro em assassinato de pessoas trans, embora tenha a terceira melhor lei do mundo na matéria, assim considerada pela ONU. São as mulheres negras as mais assassinadas. Há falta de estrutura nos órgãos especializados de atendimento à mulher e ao agressor, ou ausência deles. É preciso e urgente uma mudança dessa realidade. Também é necessário que, cumprido o seu papel, a Lei Maria da Penha se despeça do nosso ordenamento jurídico, tendo eliminado, ou diminuído muito os índices da violência doméstica e familiar no nosso país”, comentou Rosa Geane.

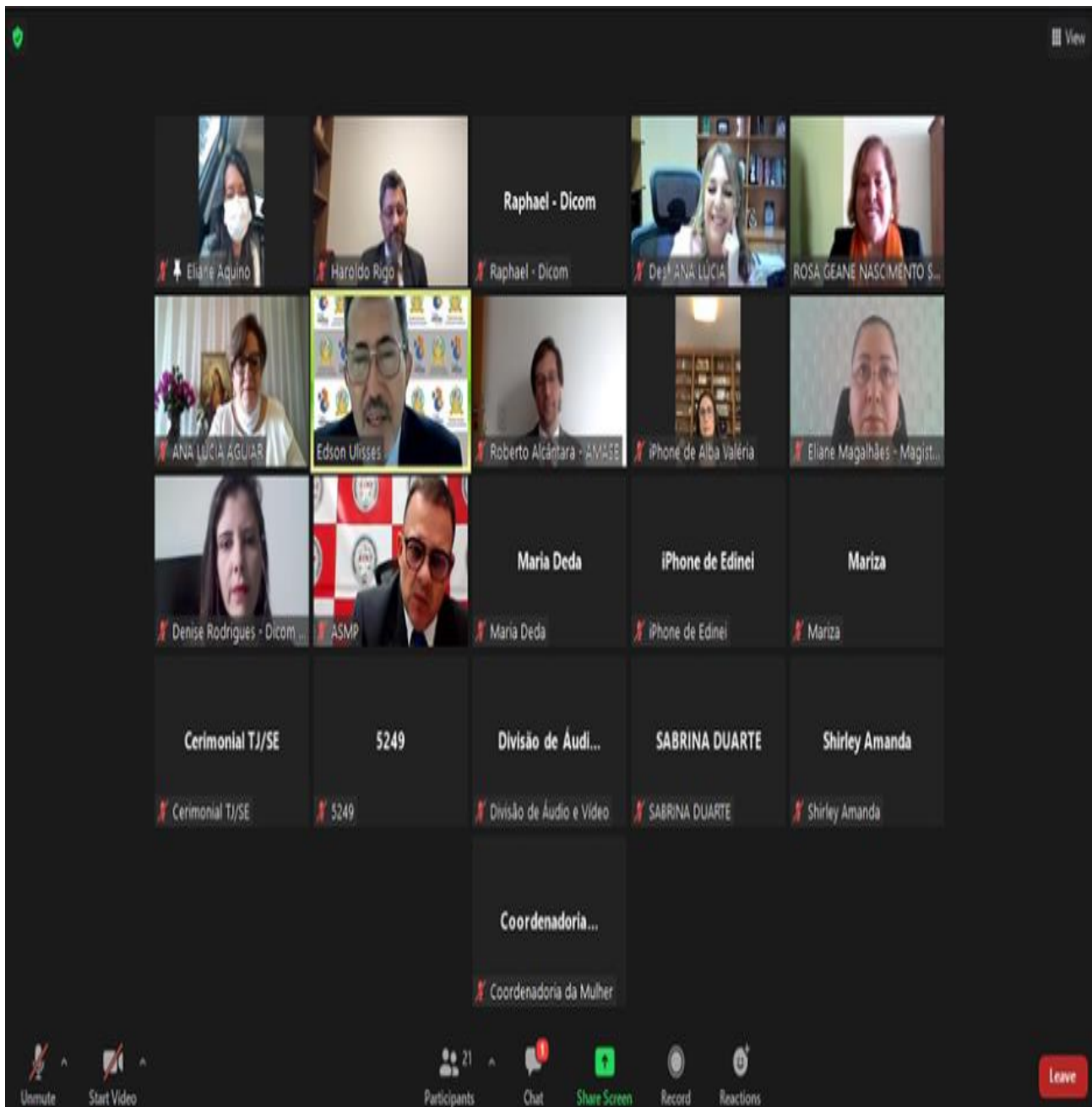
Ela destacou que a violência doméstica é uma pandemia dentro da pandemia. “O aumento dessa violência nesse contexto é alarmante. Estamos fazendo nossa parte e articulando com essa rede a necessária e urgente mudança dessa realidade violenta. A farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes não se calou e foi pioneira nessa luta contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, como o homenageado e as homenageadas nesse evento. Segundo Maria da Penha, ‘a vida começa quando a violência acaba’. Assim, é preciso que essa vergonhosa violência acabe e que tenhamos respeito e empatia. Creio que podemos começar pela educação com uma cultura de paz para transformar essa realidade. Maria da Penha transformou a sua dor em ação e é isso que inspira o nosso fazer diário: a ação transformadora. Para que, parafraseando a linda canção de Milton Nascimento, ‘Maria Maria’, citada no início desse encontro, as milhares de ‘Marias’ no mundo possam viver e amar como outra qualquer do planeta”, concluiu a magistrada.





Ainda durante o evento, a Coordenadoria da Mulher homenageou autoridades, “em reconhecimento aos valerosos trabalhos desenvolvidos na prevenção, no combate e no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher”. Receberão, posteriormente, uma placada de agradecimento o Presidente do Poder Judiciário de Sergipe, Des. Edson Ulisses de Melo; Cristiane Britto, Secretária Nacional de Políticas para Mulheres; Eliane Aquino, Vice-Governadora de Sergipe; Senadora Maria do Carmo

Alves, que destinou a verba para construção da Casa da Mulher Brasileira em Sergipe; Flávia Pessoa, Conselheira do CNJ; Renata Gil, Presidente da AMB; e Eliane Magalhães, magistrada titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.



3- MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

A movimentação processual no TJSE no 1º Grau de jurisdição, durante a “18ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”, foi destinada a priorizar as demandas de violência doméstica contra a mulher.

Há que se destacar que o Poder Judiciário Sergipano conta apenas com uma vara especializada nos delitos de VDFCM, correspondente ao Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Aracaju. Dessa forma, apenas esta vara atuou em regime de mutirão durante a Campanha.

Abaixo seguem os dados estatísticos no 1º grau do TJSE:

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. QAPAJ – Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação realizadas na Semana: 592. QARR – Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha realizadas na Semana: 03. QAIR - Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana: 844. QDP - Quantidade de Despachos proferidos na Semana: 2695. QMPC - Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana: 76. QMPD - Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas (Decisões denegando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana: 17. QMPR - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas (Decisões revogando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor previamente concedidas ou homologas pelo Juízo) na Semana: 68. QMPCAPH - Quantidade de Medidas Protetivas homologadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial: 09. QMPCAPR - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial: 010. Número de magistrados que atuaram na Semana: 111. Número de servidores que atuaram na Semana: 1012. Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos: 21313. SentCCMCVD – Total de Sentenças de Conhecimento com resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana: 81 |
|--|

- | |
|---|
| <p>14. SentCSMCVD – Total de Sentenças de Conhecimento sem resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana: 6</p> <p>15. SentCCMCrimFem – Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com resolução de mérito em Feminicídio na Semana: 0</p> <p>16. SentCSMCrimFem – Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem resolução de mérito em Feminicídio na Semana: 0</p> <p>17. CpCVD - Casos Pendentes de Conhecimento em violência doméstica contra a mulher: 6413</p> <p>18. CpCCrimFem - Casos Pendentes de Conhecimento Criminais em Feminicídio: 59</p> |
|---|

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe entende que o combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher depende de ações contínuas e eficazes. Desse modo, busca, a cada SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA, expandir as ações existentes e inovar com outros projetos, objetivando fornecer melhor prestação jurisdicional às vítimas de violência doméstica, conforme se depreende no presente relatório.

São atividades, projetos e convênios que focam na causa da violência doméstica contra a mulher, procurando vencer os entraves para a ruptura do ciclo da violência e contribuir para o empoderamento da vítima.

Aracaju, 27 de Agosto de 2021.

ROSA GEANE NASCIMENTO SANTOS
Juíza Coordenadora da Coordenadoria da Mulher do TJSE